ISSN 2359-053x

ANO 6 - NÚMERO 79 - MAIO 2021

Xapuri SOCIOAMBIENTAL

R$ 15

LIXO NO MAR

p. 08

CONJUNTURA
Quem pedirá desculpas ao Brasil?
p. 20

HISTÓRIA SOCIAL
O demônio da Tasmânia
p. 35

SUSTENTABILIDADE
O doloroso parto da Mãe Terra
p. 48

FENAE

50 ANOS

50 anos de história Por uma Caixa forte e 100% pública

A **Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae)** completa meio século de história de lutas e conquistas junto aos empregados da Caixa.

Ao longo de 50 anos, fortalecemos o movimento associativo e atuamos fortemente pelos direitos dos trabalhadores e por uma Caixa forte e 100% pública. Em um período de crise e muitas dificuldades, em razão da pandemia da Covid-19, a Federação e as 27 **Associações do Pessoal da Caixa (Apcefs)**, não poupam esforços para superar desafios e continuar atuando na defesa dos empregados da Caixa.

Este 2021 será um ano de **celebração e mobilização** para a Fenae, com grande foco na defesa do papel social da Caixa e do bem-estar dos seus trabalhadores. A **Fenae** foi criada com o propósito de integrar os empregados por meio de ações políticas, sociais, culturais e esportivas e continuaremos a manter sua missão viva e vibrante.

Neste ano, estaremos ainda mais atuantes na defesa da Caixa forte, 100% pública e de todos os brasileiros.

Sergio Takemoto
Presidente da Fenae

Conheça a nossa história e nos acompanhe pelos canais:

www.fenae.org.br

(61) 98142-8428

@fenaefederacao

/FenaeFederacao

/company/fenae-federacao

> **Se o Bem não existe, é preciso inventá-lo**

Rafael Barrett

COLABORADORES/AS - MAIO

Alfredo A. Saad – Escritor *(in memoriam)*. **Altair Sales Barbosa –** Arqueólogo. **Clodomir de Morais –** Sociólogo *(in memoriam)*. **Eduardo Galeano –** Escritor *(in memoriam)*. **Emir Sader –** Sociólogo. **Emir Bocchino –** Designer Gráfico. **Fabio Pontes –** Jornalista. **Iêda Leal de Souza –** Professora. **Jaime Sautchuk –** Jornalista. **Janaina Faustino –** Gestora Ambiental. **Laura Capriglione –** Jornalista. **José Ribamar Bessa Freire –** Professor. **Leonardo Boff –** Ecoteólogo. **Lúcia Resende –** Professora. **Manoel de Barros –** Poeta *(in memoriam)*. **Zezé Weiss –** Jornalista.

CONSELHO EDITORIAL

Jaime Sautchuk – Jornalista. **Zezé Weiss –** Jornalista. **Agamenon Torres Viana –** Sindicalista. **Ailton Krenak –** Escritor. **Altair Sales Barbosa –** Arqueólogo. **Ana Paula Sabino –** Jornalista. **Andrea Matos –** Sindicalista. **Ângela Mendes –** Ambientalista. **Antenor Pinheiro –** Jornalista. **Cleiton Silva –** Sindicalista. **Elson Martins –** Jornalista. **Emir Sader –** Sociólogo. **Gomercindo Rodrigues –** Advogado. **Graça Fleury –** Socióloga. **Iêda Leal –** Educadora. **Jacy Afonso –** Sindicalista. **Jair Pedro Ferreira –** Sindicalista. **Júlia Feitoza Dias –** Historiadora. **Kleitton Morais –** Sindicalista. **Lucélia Santos –** Atriz. **Rosilene Corrêa Lima –** Jornalista. **Trajano Jardim –** Jornalista.

EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental: Telefone: (61) 99967 7943. E-mail: contato@xapuri.info. Razão Social: Xapuri Socioambiental Comunicação e Projetos Ltda. CNPJ: 10.417.786\0001-09. Endereço: BR 020 KM 09 – Setor Village – Caixa Postal 59 – CEP: 73.801-970 – Formosa, Goiás. Edição: Zezé Weiss, Jaime Sautchuk (61) 9 8135 6822. Revisão: Lúcia Resende. Produção: Zezé Weiss. Jornalista Responsável: Thais Maria Pires - 386/ GO. Marketing e Responsabilidade Social: Janaina Faustino (61) 9 9611 6826. Mídias Sociais: Eduardo Pereira. Tiragem: 5.000 exemplares. Circulação: Revista Impressa - Todos os estados da Federação. Revista Web: www.xapuri. info. Distribuição – Revista Impressa: Todos os estados da Federação. ISSN 2359-053x.

Voltamos aos oceanos, porque um mar de lixo nos chamou a atenção e nos sugeriu tentar entender o que se passa. É um problema simplesmente assustador, repleto de imagens autossuficientes, que afetam a vida nesses dois terços do Planeta cobertos de águas salgadas.

Assim como os oceanos não são fontes inesgotáveis de alimentos, fato do qual a Humanidade já está consciente, tampouco temos neles um depósito infinito de resíduos sólidos – o lixo que não se deteriora facilmente. Levados pelos rios, pela chuva, pelas redes de esgotos ou pelas mãos humanas, ele ficam ali, gerando transtornos de muitas modalidades.

Trata-se de uma presença cujo impacto não é apenas visual, pois tem efeitos sobre as pessoas que vivem e trabalham no ambiente marinho e sobre as que ingerem alimentos contaminados. São apenas alguns exemplos, mas nesta edição de Xapuri nós vamos lá no fundo, buscar entender esse mal e propor possíveis soluções.

Este é, contudo, apenas o tema de nossa reportagem de Capa, pois você encontrará muito mais nessas páginas que começamos a folhear. A começar pelo texto de Manoel de Barros, o poeta pantaneiro, sobre os hábitos dos tatus. Ou os campos de indaiá admirados por Aziz Ab'Saber e descritos por Altair Sales.

Emir Sader pergunta quem irá se penitenciar diante do povo pelos danos causados ao País, Iêda Leal comenta o aprofundamento de políticas racistas, Alfredo A. Saad fala das belezas da Lagoa Feia, e a crônica de José Ribamar Bessa Freire – são mais alguns itens.

Mas temos ainda mais, acredite! Vamos conferir. Boa leitura!

Zezé Weiss e Jaime Sautchuk

Editores

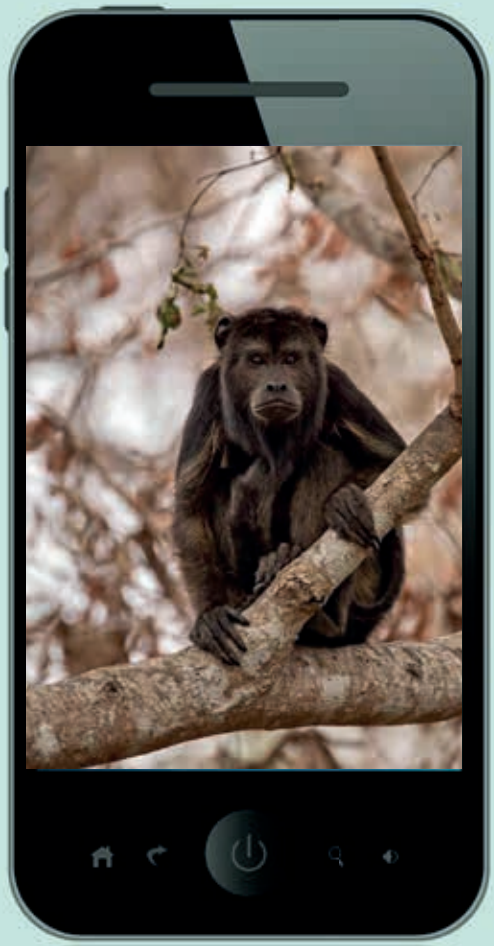
Mensagens pra Xapuri

contato@xapuri.info

Já recebi as camisetas e o livro. Amei, são lindas!
O tecido é maravilhoso, tudo de primeira linha. Lindos!
Leila de Carvalho Silva – São Paulo – SP

Recebi o produto. São como eu imaginei, lindas! Abraço.
Pedro José Alcântara – Rio de Janeiro – RJ

Obrigado e parabéns a todos por colocar uma revista alternativa à grande mídia no mercado digital.
Roberto Crispim – Brasília – DF



Revista Xapuri

Imagem do mês

@revistaxapuri
@diogomelo.photo

Marque suas melhores fotos do Instagram com a hashtag

#revistaxapuri

Sua foto pode aparecer AQUI!

08 **CAPA**
Lixo no mar

20 **CONJUNTURA**
Quem pedirá desculpas ao Brasil?

15 **BIODIVERSIDADE**
De tatu

21 **COMPORTAMENTO**
No museu da Covid, há muitas gotas de sangue

18 **CERRADO**
Os campos de indaiá do professor Ab'Sáber

24 **CONSCIÊNCIA NEGRA**
Governo brasileiro usa o racismo como política de Estado

Xapuri – Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: "Rio antes", ou o que vem antes, o princípio das coisas.

Boas-Vindas!

28 **FORMOSA**
A Lagoa Feia

30 **GASTRONOMIA**
Risoto de pequi com carne de sereno

32 **LITERATURA**
Pedro Bunda

35 **HISTÓRIA SOCIAL**
O demônio da Tasmânia

38 **AMAZÔNIA**
Rondônia promove um "liberou-geral" na grilagem

43 **MITOS E LENDAS**
Lenda da casa das 365 janelas

46 **SAGRADO INDÍGENA**
Vergonha! Funai persegue Sonia Guajajara

48 **SUSTENTABILIDADE**
O doloroso parto da Mãe Terra: uma biocivilização

Foto: divulgação

LIXO NO MAR

Jaime Sautchuk

O ministro do Meio Ambiente do atual governo federal, Ricardo Aquino Salles, assumiu o cargo afirmando que pouco conhecia dos biomas brasileiros e que iria trabalhar mais focado nas áreas de "ambiente urbano" e do problema do lixo no mar. Quase três anos depois, ele não foi pra lado nenhum e se notabilizou pela defesa que fez de grileiros de terras e mineradores e madeireiros ilegais, em conflito com a Polícia Federal.

O fato é que esse governo não está cuidando da área ambiental em lugar nenhum do país, a ponto do mar territorial brasileiro, hoje, ser considerado uma parte muito suja dos oceanos, no mundo inteiro. Pelo que prometia o ministro, entretanto, era de se esperar que fosse outro o rumo tomado, equipando os órgãos públicos ou contratando empresas especializadas, mas assegurando a limpeza do Atlântico. Contudo, nada disso tem sido feito.

Uma equipe técnica daquele ministério apresentou, em seminário no Rio de Janeiro, em 20 de abril passado, um documento contendo o Plano Nacional de Combate ao Lixo do Mar, que prevê ações em solo firme, em parceria com prefeituras. As ações propostas são de formação de grupos de dezenas de pessoas de cidades costeiras pra promover a limpeza de praias – uma contradição com as normas em uso nesse período de pandemia, em que as aglomerações têm sido regradas em áreas de praias, tanto pra banhar como pra limpeza.

De qualquer modo, a Marinha do Brasil é que tem assumido um papel ativo, em apoio a municípios costeiros e a governos estaduais que solicitam ajuda de embarcações mais apropriadas ao trabalho de limpeza e de transporte do que é retirado do mar. O mesmo ocorre nos rios de todo o território nacional, onde são feitas rondas rotineiras de fiscalização e eventuais ações emergenciais de limpeza, em casos de necessidade.

No seu currículo profissional, o advogado Ricardo Salles tem alguns anos como secretário particular do governador Geraldo Alckmin, de São Paulo, e uns dois anos como secretário do meio ambiente do governo paulista. Mas já demonstrou que não entende nada da questão ambiental – ou seja, ele próprio é um dejeto recostado nas cercanias do Palácio do Planalto, a serviço de criminosos que estão devastando a Amazônia, na exploração de madeira, ouro e outros minérios.

O delegado Alexandre Saraiva foi destituído do cargo de superintendente da Polícia Federal no Amazonas, após ter interpelado o Supremo com notícia-crime contra o ministro, acusado de defender o desmatamento ilegal na Amazônia. Ambientalistas autônomos e ligados a governos pedem que ele deixe o cargo, ou seja convidado a sair pelo presidente da República. Mas este segura seu ministro, e o vice-presidente, general Mourão – que é presidente de um tal Conselho da Amazônia – também o defende publicamente.

Ou seja, Salles representa aquilo que o governo federal advoga na questão ambiental, que é a mesma posição de madeireiros ilegais, mineradores ilegais e grileiros de terras. A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, deu andamento ao processo da notícia-crime da Polícia Federal e a encaminhou à Procuradoria-Geral da República com a observação de que o caso é "de gravidade incontestável".

De qualquer jeito, com isso o Brasil consolida uma posição de descrédito global no que se refere à preservação dos recursos naturais. Uma postura negativista, altamente prejudicial ao país, por afastar governos e empresas que poderiam investir na região ou comprar produtos de lá originários. Os próprios ruralistas, supostos aliados do governo, temem perder mercados por causa desse tipo de atitude.

AMBIENTE MARINHO

A postura do governo brasileiro nessa questão está atrasada no debate que ocorre nos organismos internacionais e agrupamentos de países a respeito do uso e controle dos espaços ocupados pelos oceanos, que somam três quartos do Planeta. Até meio século atrás, era tida como verdadeira a ideia de que essas águas salgadas eram fonte inesgotável de alimentos e depósito infinito de lixos, o que logo se mostrou falso, uma visão incorreta, embora fosse predominante no coletivo de nações.

Havia, de igual modo, uma visão muito antiga de que os oceanos eram de todos – portanto, todos teriam iguais responsabilidades em torno deles. É certo que, em determinado momento, Espanha e Portugal dividiram o globo terrestre ao meio e cada um ficou com uma parte, o que foi o tema central do Tratado de Tordesilhas (1494), que vigorou por mais de dois séculos e meio. Naquele período, embarcações que não fossem portuguesas ou espanholas eram automaticamente colocadas entre piratas e corsários. Ainda assim, porém, o que prevalecia era uma divisão territorial, distante do aproveitamento econômico dos recursos naturais marinhos.

Tampouco havia preocupação com a sujeira jogada nos mares, restos de comidas, ossos, cascas de frutas, despojos de sanitários, aparas de cabelos e barbas, águas de lavatórios e assim por diante. Não havia transtornos nem mesmo com corpos lançados n'água, como foi comum durantes os séculos que perdurou no mundo a escravidão negra. Nos navios negreiros eram comuns as mortes por maus-tratos, fome, doenças diversas e acidentes – e os corpos eram imediatamente lançados aos tubarões.

Foto: divulgação

A maior parte da fotossíntese do planeta é realizada nos oceanos e, portanto, a preservação de ambientes marinhos é importante por ser fonte do gás essencial à nossa sobrevivência – o oxigênio. Os oceanos representam ainda uma importante fonte de alimentos – peixes e frutos do mar. Contudo, o lançamento de gases que aprisionam calor na atmosfera, tais como o gás carbônico, o monóxido de carbono, os óxidos de nitrogênio e o metano, principalmente por atividades industriais e queimadas de florestas, tem amplificado o efeito do aquecimento do planeta.

Atualmente, enfrentamos a chamada crise da biodiversidade, provocada pelas pressões humanas realizadas por vários setores, incluindo processos de urbanização e impermeabilização dos solos, a agricultura extensiva com o uso excessivo de pesticidas agrícolas (agrotóxicos) e a poluição dos recursos hídricos, da atmosfera e do solo. Além disso, o consumo desenfreado dos estoques pesqueiros marinhos, a destruição de ambientes naturais e a caça descontrolada têm colocado a biodiversidade em um ritmo de perda cada vez mais acelerado, que hoje chega a ser mil vezes maior do que a extinção provocada por processos naturais.

O mar possui uma beleza sem igual, sendo o habitat de uma grande variedade de formas de vida. Assim, o lixo nos mares causa problemas à biodiversidade, debilitando ou levando animais à morte, por sufocamento, inanição e ferimentos. Aves marinhas, tartarugas, golfinhos e peixes, além de inúmeras espécies de invertebrados, como moluscos, crustáceos e outros seres praticamente invisíveis, são afetados por esses resíduos. É inadmissível pensar que esses organismos possam ser afetados pelos resíduos que a sociedade usa e descarta de forma irresponsável e irregular.

DETERIORAÇÃO

Por diversos meios, podemos ver e avaliar o que está acontecendo com os oceanos atualmente – um processo de deterioração que atinge níveis assustadores. Plástico, microplástico e aditivos que envolvem esses materiais estão circulando pelos mares. São bilhões de toneladas de lixo destruindo a fauna e, principalmente, afetando o plâncton, formado por organismos microscópicos, que produzem mais da metade do oxigênio do planeta por meio da fotossíntese, influenciando o clima e constituindo a base alimentar de peixes e mamíferos marinhos. Esse equilíbrio, tão necessário para o funcionamento dos ecossistemas marinhos, está sendo colocado em xeque.

DOS RIOS AO MAR

Os rios são de grande importância na relação das pessoas com os oceanos, por mais distantes deles que elas vivam, especialmente num país como o nosso, repleto de cursos d'água de todos

os tamanhos, do mais insignificante corregozinho ao poderoso Amazonas, o maior rio do mundo. É comum ouvirmos pessoas dizerem que nada têm a ver com os oceanos por nunca terem chegado a eles.

Entretanto, essas pessoas se esquecem de que o simples papel de balas que se joga na ponte de suas comunidades está indo no rumo do mar, e lá irá chegar, mais cedo ou mais tarde, mesmo que esfacelado. O pior, porém, é que o mesmo irá ocorrer com o mercúrio dos garimpos de ouro na Amazonia, o esgoto das cidades, os restos de compostos industriais, sangue e escombros de abatedores de animais, lixos hospitalares, fraldas descartáveis, giletes de barbeadores e seringas usadas.

Um folder da Marinha do Brasil sobre o lixo no mar informa que "há indícios de que 80% do lixo marinho tenha origem em terra, chegando aos oceanos por meio dos cursos d'água, o que indica uma necessidade de melhores gestões dos recursos hídricos e dos resíduos sólidos". E observa que "as hidrovias existentes nas principais bacias hidrográficas contribuem para a integração e o desenvolvimento socioeconômico do País, comunicando regiões e polos produtores, entre si, e com os grandes centros distribuidores e exportadores, por via marítima".

O lixo marinho é composto por materiais sólidos fabricados ou transformados (plásticos, papéis, tecidos, filtros de cigarros, vidro, metal, borracha e madeira). Uma vez jogados no ambiente marinho, esses produtos se tornam graves ameaças à saúde dos mares, rios e lagos, mas também à nossa economia e à sociedade. Nesse cenário, os plásticos são o principal detrito encontrado no ambiente marinho. Um estudo realizado pela Universidade de Queensland, na Austrália, aponta que a contaminação dos oceanos, principalmente por plásticos, é responsável pela morte de cerca de 100 mil animais todos os anos.

Ao contrário dos materiais orgânicos, os plásticos se concentram nos oceanos e podem levar 500 anos pra se decomporem. Afetam diretamente a fauna marinha, pois são confundidos com alimentos e ingeridos pelos animais, causando sua morte e contaminando cadeias alimentares, com sérios impactos na saúde dos seres humanos.

Os trajetos dos cursos d'água em direção ao mar guardam em suas beiradas, onde as águas descansam, as histórias da ocupação desse imenso território. As tantas batalhas na região fronteiriça do Mamoré-Madeira deixaram uma ferrovia no meio da mata, que surgiu da ideia de se buscar uma saída ao Pacífico, empreitada que os vizinhos argentinos executaram com mais rapidez.

As águas barrentas desse rio, afluente do também barrento Solimões, denunciam suas nascentes andinas e seu percurso turbulento, diferentes de outro formador do Amazonas, o Negro. Com águas

Foto: divulgação

escuras, como seu nome diz, este rio percorre a suave planície amazônica desde seus formadores – o Guainya, no Peru, que se junta ao Cassiquiare na múltipla fronteira com o Brasil, na região da Cabeça do Cachorro. O Cassiquiare sai do venezuelano Orinoco e segue no sentido norte-sul, servindo de guia de fronteira entre Colômbia e Venezuela, percurso em que troca de cor. Juntos, de toda forma levam um verdadeiro xarope de plantas até o mar. No entanto, isso não serve pra mitigar a quantidade de resíduos sólidos que carregam até o oceano e depositam boa parte em águas profundas.

O mesmo ocorre com o São Francisco, que foi muito navegado entre Pirapora (MG) e Juazeiro (BA), vizinha de Petrolina (PE), que era a última parada antes da exuberante cachoeira de Paulo Afonso. Leva plantas, galhos de árvores do Cerrado, latas, vidros e muitas histórias, como as de Lampião, cujo bando morava entre a gruta dessa cachoeira e, bem abaixo, depois do Cânion do Velho Chico, na região de Poço Redondo (SE), onde o Rei do Cangaço foi morto, e Piranhas (AL), onde as cabeças dos cangaceiros mortos ficaram expostas.

Há casos em que os rios provocam grandes impactos em suas persistentes invasões das águas salgadas. Um deles, que assombrou o mundo inteiro, foi o do rompimento da barragem de uma mina de minérios da VALE (antiga CVRD), em Mariana, Minas Gerais. A lama de barragem que tomou conta do leito do Rio Doce cruzou todo o estado e foi bater no Atlântico na costa do Espírito Santo, onde formou uma espécie de lago de cor marrom-escuro na superfície marinha. O próprio rio virou lixo marinho.

Mais de cinco anos já se passaram e o problema persiste, de modo que o histórico Rio Doce é um rio perdido, com água imprestável ao consumo humano – logo ele, que abastecia tantas cidades e vilas no seu trajeto de cerca de 850 quilômetros, da nascente à foz. O Doce banha 230 municípios mineiros e capixabas.

Há longos percursos fluviais percorridos por viajantes em barcos infláveis, em aventuras que começam pelo rio São Bartolomeu, que nasce no Planalto Central, em Águas Emendadas, no Distrito Federal. Ao descer o território no sentido sul, esse rio vai ganhando os nomes de cursos maiores que encontra pelo caminho, a começar pelo Corumbá, depois Paranaíba, Paraná e, por fim, o Prata, cuja foz, no Atlântico, divide a Argentina do Uruguai.

Neste caso, os botes infláveis são mais práticos, já que o percurso tem várias barragens a serem transpostas, algumas das quais de grande porte, como a da Hidrelétrica de Itaipu, por exemplo. Lanche e água a bordo e boa disposição nos remos asseguram o cumprimento do roteiro em coisa de dois meses. Nos rios Tiete e Piracicaba, formadores do Paranapanema-Paraná, há retenção e coleta de resíduos sólidos em vários pontos, mas o restante da bacia do rio Prata é franqueado ao lixo, que chegará ao mar.

A ECONOMIA DO MAR

Muita gente vive do mar por meio de atividades econômicas ligadas à pesca, ao transporte, à gestão de portos, ao turismo. Muitas dessas pessoas e suas famílias, no entanto, padecem com o impacto dos resíduos sólidos lançados aos oceanos. É o caso, por exemplo, de comunidades de pescadores, que muitas vezes têm seus espaços de trabalho e moradia tomados pelo lixo, tornando impraticável a atividade rotineira por ali. Esses mesmos resíduos danificam os equipamentos de trabalho e contaminam as águas e os pescados, tornando mais difícil a pesca e a comercialização dos pescados.

Nesses casos, ações mitigadoras de governos locais ou empreendedores – a contratação desses mesmos trabalhadores pra retirarem o lixo – certamente não serão bem-vindas, pois quebram a harmonia social que normalmente rege a vida nessas comunidades. O correto é implantar alguma atividade de controle de resíduos sólidos, contratando outras pessoas caso seja necessário e assegurando a limpeza das áreas de pesca pra que a vida volte ao normal, com qualidade.

Com a atividade turística, que ocupa milhares de famílias País afora, o problema é parecido. Com as praias, ilhas e outros recantos que atraem turistas tomados pelo lixo, a atividade vai por água abaixo. Ninguém se anima a tomar banho em praias

Foto: divulgação

tomadas pelos resíduos e tampouco irá querer sair numa foto junto a um farol, por exemplo, cercado de lixo. Tampouco as baleias e golfinhos quererão bailar em mar coberto de latas, vidros e pneus.

É certo que a presença de lixo no mar servirá de pressão sobre as autoridades públicas pra que tomem providências e assegurem a limpeza dessas áreas. Mas essa ação chegará atrasada, pois deveria ter sido realizada preventivamente, nos primeiros sintomas do problema, não depois do mal instalado. Significa que a atividade de combate ao lixo, de limpeza, deve ser rotineira, já integrada à economia da região, com as despesas já previstas em orçamentos de quem quer que seja o responsável por aquele serviço.

PROTOCOLOS

Desde a década de 1970, quando o mundo todo despertou e passou a debater a gestão dos oceanos, os países passaram a ter, em maior ou menor escala, suas regras próprias de atuação neste tema. No Brasil, duas leis federais ganham destaque, pois têm efeito direto sobre a questão dos resíduos sólidos nos mares. A primeira é a Lei Federal 11.445/2007 (regulamentada pelo Decreto 7.217/2010), que estabelece as diretrizes nacionais de saneamento básico e abarca os setores de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de drenagem pluvial e de resíduos sólidos.

A outra criou a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto 7.404/2010). As Conferências Nacionais do Meio Ambiente (CNMA), iniciadas em 2003, marcaram a evolução das políticas ambientais brasileiras, pois abriram espaço para a participação popular nas discussões. Esse processo fortaleceu o movimento de criação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que contava com mais de 100 projetos de lei vinculados. Foram muitos anos de tramitação até a Lei 12.305 ser finalmente promulgada, em 2010.

A PNRS é orientada pelo princípio da gestão integrada dos resíduos sólidos, sendo uma regulamentação geral e abrangente sobre a temática. Pautada pela Constituição Federal, ela e baseia nas competências concorrentes entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Assim, estabelece-se que a União trace normas gerais, que visem à padronização da política de resíduos em todo o território nacional, deixando aos estados que suplementem a norma federal.

Ambas fixam princípios, diretrizes, instrumentos e responsabilidades importantes referentes a esses setores, cuja regulamentação, especialmente relacionada ao esgotamento sanitário e à gestão de resíduos sólidos, visa reduzir as fontes de poluição nos mares. Significa que o País já possui leis atualizadas que tratam do assunto, mas entre o que está no papel e a realidade há boa distância.

No ano seguinte, em 2011, representantes de diversos países e instituições assinaram o Compromisso de Honolulu (Havaí, Estados Unidos), que marcou uma nova abordagem colaborativa para reduzir a ocorrência de resíduos sólidos no mar. E também sobre os danos que estes provocam no habitat marinho, na biodiversidade e na economia local e global.

O Compromisso de Honolulu visa melhorar o conhecimento local e regional quanto à escala e ao impacto desse poluente e estimular o compartilhamento de soluções técnicas, legais e de mercado. Junto com esse compromisso, foi definido um padrão internacional de abordagem dessa questão, denominado "Estratégia de Honolulu".

Como resultado dessa iniciativa, também, a indústria plástica mundial, inclusive a brasileira, assinou a Declaração Global das Associações do Plástico sobre Soluções para o Lixo Marinho. Com isso, as empresas se comprometem a buscar soluções que competem à indústria, a fim de evitar a chegada de resíduos ao mar, assim como promover o reuso e a reciclagem do material plástico produzido, promover a divulgação e a educação ambiental relacionada ao tema.

Foto: divulgação

POR ONDE ANDAR

De acordo com essa legislação brasileira em vigor, empreendimentos que são classificados como "grandes geradores" de resíduos sólidos pelos regulamentos locais são responsáveis por elaborar os planos de gerenciamento de resíduos sólidos e arcar com seus custos. Esses são os empreendimentos que geram resíduos perigosos ou em quantidades bem superiores à média de resíduos domésticos. Isso significa que grande parte dos resíduos gerados nos municípios, por indústrias, portos e hospitais, entre outros empreendimentos, é de responsabilidade da iniciativa privada.

No entanto, a gestão dos resíduos sólidos e educação da população para o descarte adequado e o consumo consciente devem ser alvos de políticas públicas, traçadas nos três planos de governo. Pra fazer ou fiscalizar, cabe ao poder público a elaboração e a implementação dos planos de resíduos sólidos, a instituição de fontes específicas de recursos para a gestão de resíduos nos municípios, a ampliação da infraestrutura – por exemplo, aterros sanitários, coleta seletiva, compostagem – entre outras atribuições típicas. O monitoramento da situação dos resíduos no ambiente marinho também é crucial ao acompanhamento da eficácia das ações implementadas.

Jaime Sautchuk – Jornalista. Escritor.

Foto: divulgação

DE TATU

Manoel de Barros

Folgam muito no cio, os tatus – como os cachorros. E formam acompanhamentos. A fêmea vai na frente, cheirando matinhos, a tatua. Logo fica de joelhos para o amor e chora esverdeado.

Em cima de sua femeazinha, o macho passa horas – como se fosse em cima de uma casa de tábuas. E ela fica submetida para ele, rezando naquela postura.

Protocolos que na natureza lhes deu para montar filhos são tântricos. A femeazinha espera paciente enquanto venta azul no olho dos patos.

Como certas dálias lésbicas, de estames carnudos, se entregam as tatuas ao gosto de filhar. Seviciadas e ávidas.

Reproduzem de cacho.

Daí já saem pelas campinas fazendo buracos. Há campinas furadas como ralos.

Na corrida, pega um buraco desses o cavalo – se ajoelha no vento. Roda por cima do pescoço. E frecha de boca na macega o vaqueiro.

– Por isso não dispenso tatu quando acho no campo. Nem guenta faca esse bicho deletério. É ente morredor à toa. Afogou nele um dedo só de aço, estrebuchou. Embolou. Não falou água. Cagou-se persignado; pedindo bênção. É bicho morredor à toa. Sem aras nem arres. E chia fino quando o vaqueiro grosa a vara dele com faca.

Nas águas o tatu desaparece. Entra de ponta no cerrado. Diz-se que caiu na folha. Que folhou. De fato, nas águas todos folham, esses tatus.

Manoel de Barros (*Cuiabá – 19/12/1916 – Campo Grande – 13/11/2014, aos 97 anos*). Poeta pantaneiro, em "Livro das Pré-Coisas", 2ª edição, Record, 1997.

FALA, BANCÁRIO! FALA, BANCÁRIA:

A PATOLOGIA DA GRATIDÃO E AS NOVAS VELHAS FORMAS DE GESTÃO DO SOFRIMENTO DO TRABALHADOR

Fernanda Sousa-Duarte e Maria Júlia Martinez

Pode até não haver consenso científico ou popular sobre quais são, afinal, as relações entre trabalho e saúde mental, mas qualquer trabalhador que experimente o sofrimento no trabalho poderá nos fornecer um relato rico sobre os entrelaçamentos entre as dimensões sociais e psíquicas que estão em jogo quando o assunto é saúde mental do trabalhador. Inclusive foi assim que os primeiros estudos acadêmicos sobre o tema se delinearam durante os anos 80 no estado de São Paulo: a partir da demanda elaborada pelo Sindicato dos Bancários de Campinas e da Federação dos Bancários de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná. Esses trabalhadores e trabalhadoras estavam entre os primeiros que buscaram pesquisadores para entender a relação entre trabalho, sofrimento e adoecimento mental. Esse movimento inaugurou uma série de avanços na caracterização das relações entre trabalho e adoecimento e, consequentemente, nas implicações para os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Esse movimento evidenciou a potência de sindicatos e da pesquisa científica para a governança da saúde e da doença relacionada ao trabalho.

Em Brasília, esse encontro entre bancários e pesquisadores a fim de investigar as relações entre trabalho e saúde mental ganha contornos mais evidentes no início dos anos 2000. Em idas e vindas, culminou em 2013 no estabelecimento de uma parceria com o Sindicato dos Bancários de Brasília, inaugurada com uma pesquisa de grande escala sobre Riscos Psicossociais do Trabalho Bancário. Hoje, quase oito anos depois, o que aprendemos com os trabalhadores e trabalhadoras que sofrem renomeou nosso trabalho no Núcleo de Pesquisa e Escuta Clínica do Trabalho Bancário como "Fala, Bancário! Fala, Bancária!". Com uma equipe técnica atual formada por duas doutoras em Psicologia do Trabalho - pesquisadoras e psicólogas - e uma assistente de pesquisa, nosso objetivo é discutir, planejar e realizar atividades voltadas para a saúde dos bancários e bancárias. Nosso trabalho visa assessorar a categoria, através do sindicato, na busca por condições propícias à prevenção de danos e à promoção da saúde mental do trabalhador bancário. E, ainda que muito já tenha sido escutado - foram 200 bancários e bancárias escutadas até hoje - ainda há muito a escutar.

Um dos diferenciais da pesquisa sobre trabalho bancário desenvolvida no "Fala, Bancário!" consiste no enfoque clínico e de fluxo contínuo que perpassa nossa atuação. Em nossa perspectiva, pesquisa e serviço clínico são indissociáveis. O "Fala, Bancário! Fala, Bancária!" se trata de um espaço de escuta voltado para a mobilização de trabalhadores e trabalhadoras, para o desenvolvimento de ações políticas de transformação da organização do trabalho. É, ao mesmo tempo, meio de pesquisa e de ação. Nesse espaço, bancários e bancárias com queixas relacionadas ao trabalho são convidados a compartilhar experiências e sofrimentos do trabalho a fim de refletir sobre estratégias individuais e coletivas, psicológicas e políticas, para enfrentar essas situações. É pela palavra e pelos silêncios do trabalhador que acessamos um saber sobre as relações entre saúde mental e trabalho. Um saber que, no decorrer dos anos, nos tornou testemunhas das mudanças no trabalho e nos adoecimentos de trabalhadoras e trabalhadores bancários ao longo do tempo e que, sobretudo, nos permitiu identificar alguns dos fios e nós que entrelaçam saúde, doença, trabalhadores e trabalho.

O mais óbvio e ao mesmo tempo mais surpreendente dos nossos achados foi a inexistência de uma "psicopatologia do bancário", de um quadro sintomático específico que represente o adoecimento mental no trabalho bancário. Sintomas e transtornos - predominantemente de características depressivas ou ansiosas - se reconfiguram no sofrimento de cada

um que escutamos e assim não podemos falar de um sofrimento bancário, mas de distintos modos de sofrimento, múltiplos, que se configuram a partir das próprias especificidades de cada trabalho e da ontologia do bancário. No entanto, informados pelas falas das bancárias e bancários que atendemos, identificamos um fio condutor nas singulares narrativas de sofrimento: a gestão do trabalho, da saúde e do adoecimento. Como em outros estudos de distintas abordagens investigando as relações entre sofrimento e trabalho bancário, as queixas mais comuns de bancários sobre seus trabalhos se referem a conflitos nas relações com colegas e/ou gestores e sobrecarga de trabalho.

Tradicionalmente os estudos em trabalho e saúde se ancoram em uma noção de modernidade que marca o início da gestão do trabalho e da saúde dos trabalhadores e trabalhadoras na Revolução Industrial e que explicariam tais queixas na racionalidade dos modelos de gestão tayloristas. No entanto, nossa escuta dos bancários nos leva mais longe, nos remete à reverberações da escravidão brasileira na gestão do trabalho e da saúde. Para além de argumentos tayloristas que racionalizam cada aspecto do trabalho para dele extrair mais produtividade, temos de considerar as heranças das teorias ilustradas da administração do trabalho escravo nas Américas. Para além de argumentos econômicos e políticos para (re)organizar o trabalho, não podemos negligenciar os aspectos morais envolvidos na gestão do trabalho brasileiro. Esses aspectos morais fortemente orientados pelo cristianismo católico no período de expansão colonial não desapareceu com a fundação de um Brasil Império ou República. Ele se atualiza agora em um neoliberalismo (neo)pentecostal que orienta a busca da prosperidade a qualquer custo, exalta a individualização do sucesso - e do fracasso - e reconfigura direitos como privilégios.

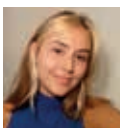
Em um contexto de desemprego e precarização em ascensão contínua, ter um emprego e ser tratado dignamente parecem uma miragem, uma imagem que se dissolve quando a tocamos. Inalcançável e, para alguns, mesmo insonhável. É assim que a gratidão se torna patologia. Um mandamento da atualidade, a gratidão se torna imperativa: "não sofra, seja grato por ter um emprego" - é o que muitas bancárias e bancários ouvem de outros e de si mesmos ao confrontarem situações de sofrimento e até de abusos no trabalho. Essa gratidão compulsória desvela um sentimento de profunda impotência das trabalhadoras e trabalhadores frente a um empregador - o banco - que é percebido como todo-poderoso e ao qual só resta se curvar em passividade. É uma gratidão patológica ao se basear em uma relação de trabalho que é gerida para ser percebida como de dependência, onde o salário é muitas vezes exibido pelas empresas e sociedade como dádiva e não como moeda de troca. Nessa relação assimétrica em que o salário é dádiva e não pagamento pela força de trabalho empregada, o medo da violência no trabalho enquanto assédio ou enquanto demissão são poderosas ferramentas de aumento da produtividade: embora a maior parte daqueles que buscam nosso serviço de atendimento estivessem trabalhando, os que mais aderiram ao tratamento clínico recomendado foram os que já estavam afastados do trabalho por licença médica.

Embora a saúde e o trabalho sejam direitos fundamentais nacionalmente e estejam configurados internacionalmente enquanto direitos humanos, na maioria das vezes é apenas no afastamento por licenças médicas que se abre uma fissura na intrincada relação empregado-empregador para se pensar o cuidado do trabalhador e da trabalhadora. E é dessa fissura que apontamos a necessidade de discutir não só a gestão da saúde como também a do adoecimento no trabalho. O destino dos que adoecem? A exclusão - seja por discriminação de colegas seja via demissão. E considerando que há alguns anos transtornos mentais e comportamentais tem sido uma das maiores causas de afastamento no trabalho bancário, precisamos colocar a saúde e o adoecimento mental do trabalhador e sua gestão em pauta. A gratidão compulsória, reconfigurada no esvaziamento do sentido da relação trabalhista como troca, revela a objetificação do trabalhador e da trabalhadora no mercado de trabalho. Reduzidos à produção e ao desempenho em um mundo do trabalho em que vale tudo em nome da produtividade, inclusive e sobretudo práticas de gestão abusivas, reconhecer as relações entre sofrimento, adoecimento e trabalho e colocá-las em pauta é reconhecer que a saúde não pertence somente ao campo psíquico, mas ao campos social, cultural, institucional e, sobretudo, político.

Você é bancário e está em sofrimento no trabalho? Siga nosso perfil no instagram (@fala.bancario) para mais informações ou entre em contato com a Secretaria de Saúde e Condições de Trabalho do Sindicato dos Bancários através do telefone/whatsapp (61) 9 9801 1141

BANCÁRIOS DF
SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA

Fernanda Sousa-Duarte - Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela UnB .



Maria Júlia Martinez - Assistente de pesquisa, estagiária em Clínica do Trabalho e graduanda do curso de Psicologia, UnB.

Foto: Acervo Altair Sales Barbosa

OS CAMPOS DE INDAIÁ DO PROFESSOR AB'SÁBER

Altair Sales Barbosa

Nos subsistemas que compõem o Sistema Biogeográfico do Cerrado, existiam diversos ambientes particularizados, endêmicos, que caracterizavam fisionomias próprias, singulares, do ponto de vista da flora e da geomorfologia.

Assim eram os Covais ou Campos de Murundus, no sudoeste de Goiás, atualmente reduzidos a pequenos remanescentes ou totalmente desconfigurados. Também no sudoeste de Goiás, existia uma profusão imensa de cupinzeiros, que formavam os Campos da Bioluminescência.

No local, atualmente existem grandes plantações, que caracterizam extensas áreas com monocultivos, e até uma grande cidade denominada Chapadão do Céu, ocupa a outrora área, dominada pelos cupinzeiros.

Entre esses ambientes particulares podem ser incluídas as intermináveis Campinas dos chapadões ocidentais da Bahia. Também as Campinas salpicadas de gramíneas do hoje denominado Setor Universitário, em Goiânia, Goiás. E, na mesma cidade, os Campos de Macambira, local ocupado essencialmente pelo Setor Pedro Ludovico.

Outro exemplo de singularidade ambiental era constituído pelo Mato Grosso Goiano, cuja fisionomia vegetal constituída por florestas subúmidas ombrófilas, associadas a um solo de alta fertilidade natural, se estendia desde as nascentes do rio Meia Ponte até a cidade de São Miguel do Araguaia, em Goiás.

Esse ambiente era tão marcante que, na antiga divisão geográfica de Goiás, constituía-se numa Microrregião Homogênea. Atualmente, apenas alguns relictos desse ambiente existem; ainda assim, também desconfigurados.

Entre o município de Alto Paraíso em Goiás e Aurora do Tocantins, existiam, em grandes concentrações, os Campos de Arnica, hoje reduzidos, devido ao extrativismo sem controle.

Outro exemplo de ambientes singulares expressivos eram os Mini- Pantanais, inclusive, ostentando o mesmo tipo de fauna que caracteriza o grande Pantanal Mato-Grossense. Esses pequenos pantanais estavam situados no município de Acreúna em Goiás, entre os rios Turvo e Verdão, e ocorriam também entre os municípios de Alvorada do Norte e Flores de Goiás, na vertente do rio Corrente que deságua no Paranã.

Desde 1972, percorri com o professor Ab'Sáber vários desses ambientes peculiares, para entendermos as particularidades do Cerrado, principalmente aquelas referentes aos eventos passados, que modelaram fisionomias geológicas, geomorfológicas e botânicas. No caso do professor Ab'Sáber, ele procurava complementar dados colhidos em viagens anteriores. Infelizmente, a maior parte desse material se encontra inédito.

Um desses ambientes que mais impressionava o professor Ab'Sáber era aquele denominado por ele de Campos de Indaiá, situado no sudoeste de Goiás.

Todavia, antes de comentar sobre esse ambiente, quero dedicar algumas palavras ao grande mestre, embora reconheça que sejam desnecessárias, mas não custa ressaltar.

O professor Aziz Nacib Ab'Sáber foi um dos mais lúcidos intelectuais brasileiros dos séculos XX e XXI, tinha um senso de observação apurado, comum aos grandes pesquisadores.

Tudo era observado dentro de uma visão de globalidade, que tinha sempre como parâmetros espaço e tempo, mas não se detinha somente nas paisagens. Era um crítico responsável e criterioso do sistema político brasileiro, dos modelos de universidades, das formas de ocupação do espaço, ocorridas ao longo do tempo, no território brasileiro.

Foi criador da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC – e esteve presente na reunião de Arqueologia, em Goiânia, em 1980, onde ajudou de forma decisiva na criação da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB.

Os Campos de Indaiá ocupavam, de forma mais concentrada, o interflúvio entre os rios Doce e Claro, no município de Jataí, Goiás, onde ocorre uma certa mistura de rochas, de formações geológicas de idades diferenciadas, como os arenitos Botucatu e Bauru, intercalados com solos intemperizados da Formação Serra Geral.

Esta paisagem foi classificada por Ab'Sáber, quando da sua primeira viagem ao Centro-Oeste do Brasil, em 1946, acompanhado de Miguel Costa, em expedição patrocinada pela Fundação Brasil Central.

A fisionomia que caracteriza os Campos de Indaiá é uma paisagem geomorfológica ligeiramente plana, onde predomina de forma muito densa a ocorrência de tufos da palmeira campestre, conhecida pelo nome científico de *Attalea geraensis*.

Trata-se de uma palmeira, Família *Arecaceae*, com caule subterrâneo. As folhagens na forma de touceiras chegam a um metro de altura, acima da linha do solo, com copas de até três metros, que se sobressaem das vegetações herbáceas ali existentes. Sempre nas proximidades dos indaiás existe um cupinzeiro.

Era comum ver comunidades de tamanduás-bandeira (*Myrmercophaga tridactyla*) no local. Segundo depoimento oral do professor Horieste Gomes, a quantidade de perdiz existente no local era tanta, que motivava caravanas de caçadores provenientes de São Paulo, que chegavam até o local para caçar este animal aos montes. Após abatidos, eram preparados ali mesmo e conservados em latas de banha e, depois desse processo, seguiam para abastecer restaurantes de luxo, na capital paulista.

A última vez que pude visitar esses campos, juntamente com o professor Ab'Sáber, foi em julho de 1975. Embora já modificado, o ambiente ainda mostrava certa singularidade e ainda observamos algumas famílias de tamanduás que ali sobreviviam.

Atualmente, este significativo ambiente não existe mais. No local só se veem plantações de canaviais e outras monoculturas. Parece que não, mas se penetrarmos além das aparências, logo constataremos os sinais dos desequilíbrios ambientais causados por essa situação.

Os escritos do professor Ab'Sáber estão por aí, nas bibliotecas, num livro, num arquivo etc. De certa forma sobreviveram. Quem sabe um dia teremos tecnologias e conhecimentos suficientes para vencermos as entropias ambientais que provocamos. Caso contrário, seguiremos os caminhos das incertezas, até quando pudermos.

NOTA DA REDAÇÃO: Esta matéria saiu em nossa edição 78, publicada no mês passado. Sai de novo este mês porque erramos feio, muito feio, na diagramação. Embora o autor tenha nos enviado as fotos certas, por descuido, trocamos a palmeira indaiá-do-cerrado pela palmeira indaiá. Com sinceros pedidos de desculpas ao professor Altair Sales Barbosa, nosso parceiro de longa data, segue a linda palmeira indaiá-do-cerrado, com seus fartos cachos de cocos rente ao chão.

Foto: Acervo Altair Sales Barbosa

Altair Sales Barbosa - Doutor em Antropologia / Arqueologia. Sócio Titular do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Goiás. Pesquisador Convidado da UniEvangélica de Anápolis.

QUEM PEDIRÁ DESCULPAS AO BRASIL?

Emir Sader

O Brasil está imerso numa catástrofe humanitária. O país, que há pouco mais de cinco anos era um exemplo de combate à pobreza, de luta contra as desigualdades, de democracia distributiva de renda, em pouco tempo se tornou um inferno para os brasileiros e para o mundo.

Morrem mais de 3 mil pessoas por dia da pandemia, morrem outros tantos, anonimamente, de fome, outros tantos pela violência das milícias e do narcotráfico. Se morre mais do que se nasce no Brasil.

De ter um presidente exemplo para o mundo, o Brasil passou a ter um presidente genocida. De ter um presidente que orgulhava o Brasil no mundo, se passou a ter um presidente que dá vergonha aos brasileiros no mundo.

Todos se perguntam: como foi possível isso? Muitos pedem desculpas por ter possibilitado essa catástrofe, por ação ou por inação. O Judiciário reconhece que Lula sempre teve razão em rejeitar as acusações, em se apresentar para ser preso injustamente.

A dignidade do Lula para enfrentar tudo isso é reconhecida por cada vez mais gente, que se representa nele, no seu drama, na sua resistência e na sua vitória. Muita gente pede desculpas ao Lula por ter sido verdugo contra ele, por ter sido agente do antipetismo – o ódio ao partido que mais fez pelo Brasil.

Lula tem o direito de exigir que lhe peçam desculpas os que o ofenderam, os que ofenderam a sua família, os que denegriram a sua imagem, os que não acreditaram que ele era absolutamente inocente. Muitos deles mudaram de campo, tiveram a honestidade de reconhecer que tinham se equivocado redondamente – o reconhecimento do Felipe Neto é um deles.

Mas, além disso tudo, há um país, há um povo, que foi jogado na miséria e no abandono. A quem é negado o pão e é negada a vacina. Há um Brasil maltratado, que se tornou pária no mundo, que é visto como o pior dos mundos.

Quem foi responsável por tudo isso? Quem permitiu, por ação ou por inação, que a democracia fosse destroçada com o golpe contra a Dilma? Quem reconhece que se equivocou de lado, tem que começar por reconhecer que errou, antes de tudo, naquele momento, que não soube defender a democracia, o mandato de uma presidenta reeleita pelo voto popular. Quem se enganou ou se deixou levar pela má fé de julgar que um governo com o qual não concordava deveria ser deposto por um impeachment sem nenhum fundamento constitucional.

Quem aceitou que o Lula fosse preso, processado, impedido de ganhar as eleições de 2018, sem provas, apenas por convicções de um juiz que hoje é quem tem a maior rejeição no Brasil porque foi desmascarado. Quem achou que o Brasil poderia seguir em frente sem o Lula, como se pudéssemos deixar de lado o que temos de melhor.

Emir Sader
Sociólogo. Membro do Conselho Editorial da Revista Xapuri.

Foto: divulgação/ Francisco Proner

Foto: Taquiprati

NO MUSEU DA COVID, HÁ MUITAS GOTAS DE SANGUE

José Ribamar Bessa Freire

"Há uma gota de sangue em cada museu."
(Mário Chagas, 1997)

A figura patética do general Pazuello, ex-ministro da Saúde, flagrado quando desfilava de bermuda e sem máscara num shopping de Manaus, exibindo seu peito de pombo estufado e sua pança proeminente, poderá ser imortalizada no Museu da Covid, caso o Brasil siga o exemplo dos Estados Unidos. Lá o Instituto Smithsonian, responsável pela administração de 19 museus, acaba de criar mais um: o Museu da Pandemia, que pediu doação de objetos e fotos capazes de transmitir para a posteridade o que aconteceu em um dos períodos mais críticos da história da humanidade.

Os americanos e países europeus com projetos similares não querem reproduzir o sucedido na gripe espanhola de 1918, quando foram descartados muitos artefatos capazes de explicar as mudanças no cotidiano das pessoas. É que, até então, o museu era visto pelo senso comum como um "mausoléu", um "túmulo" ou, no melhor dos casos, um "gabinete de curiosidades antigas", expresso na marchinha de carnaval *"Quem gosta de passado é museu"* cantada pela rainha do rádio, Linda Batista, que referendou o dito popular: "Quem gosta de velho é museu".

Mas de lá para cá muita coisa mudou após a criação no pós-guerra do Conselho Internacional dos Museus (ICOM), em 1946. O museu foi redefinido como uma instituição, cujo objetivo é colecionar, conservar, estudar e expor o patrimônio material e imaterial da humanidade, o espaço da memória coletiva daquilo que devemos guardar para a própria sobrevivência da espécie humana. Aberto ao público, produz e faz circular conhecimentos, contribui para a aprendizagem e o deleite da sociedade, dinamiza a memória viva e se torna assim indispensável por sua utilidade.

MUSEU DE TUDO

– *O museu é mais do que um museu de tudo: é um circo-feira, é um teatro, onde o tudo está vivo e em uso* – poetiza João Cabral de Melo Neto em um dos 80 poemas do *"Museu de Tudo"*. O tikuna Liverino Otávio vai mais longe ao apresentar, a partir do Museu Maguta, no Alto Solimões, uma definição poética que tanto encantou o então ministro da Cultura Gilberto Gil:

– *"Museu é um lugar que serve para guardar o nosso futuro"*.

Qual o nosso futuro como nação se não entendermos como foi possível esta tragédia e quem são os responsáveis por ela? O médico e deputado Osmar Terra *Plana* (MDB vixe vixe), ex-ministro de Cidadania do governo Bolsonaro, avalizou a política genocida de seu chefe e anunciou, em março de 2020, que o coronavirus provocaria *"menos mortes em todo o país do que os óbitos causados pela gripe no Rio Grande do Sul durante o inverno"*. Ele devia ser ouvido pela recém-instalada CPI da Pandemia, por haver desinformado a população e retardado políticas de saúde.

Durante um ano, Jair Bolsonaro negou e debochou das propostas científicas em mais de 200 falas, segundo cronologia da CPI. Rejeitou 11 ofertas para compra de vacinas e levantou suspeitas sobre sua eficácia, quem a tomasse podia virar jacaré. Promoveu aglomerações e condenou o distanciamento social e o uso da máscara. Investiu vultosos recursos públicos para a fabricação de cloroquina distribuída de forma criminosa, receitada por ele e seu ministro-general para tratamento preventivo como determinação de política pública, "usurpando" assim a função médica e contrariando as normas da Organização Mundial de Saúde.

Em vez de vacinas, Bolsonaro assinou decretos sobre a compra de armas e a redução de rastreamento de munições, enquanto a cada dia aumentava o número de brasileiros mortos por Covid-19 e por armas de fogo. Criou impostos sobre livros. É recomendável que o Senado proponha em seu relatório a criação do Museu da Covid, com acervo composto, entre outros, por farto material a ser coletado por depoimentos das testemunhas.

MUSEU EM CARNE VIVA

"Há uma gota de sangue em cada museu" escreve Mário Chagas, entendendo por tal a gota de humanidade e de historicidade presente na instituição. A imagem parafraseada do poema de Mário de Andrade *"há uma gota de sangue em cada poema"* pode também ser reinterpretada e nos fazer perguntar quanto sangue escoará em um museu que pretenda focar a morte de mais de 400.000 mil brasileiros, caminhando rapidamente em direção a meio milhão de óbitos. Este "museu em carne viva" pode fazer uma radiografia da sociedade brasileira, ao registrar tristeza, dor e orfandade semeadas por uma política genocida.

Quais objetos, peças e artefatos podem ser colecionados no Brasil pelo Museu da Covid, além da foto que revela o desmascarado ministro Pazuello, cuja candidatura a governador do Amazonas foi lançada por Bolsonaro? A coleção do Instituto Smithsonian,

Foto: Taquiprati

possuidora de mais de 500 peças, pode nos sugerir algumas pistas, assim como as peças coletadas pelo museu do condado de Ventura, na California, que já tem 50 doadores de objetos contando suas histórias.

No Brasil, as ampolas das primeiras vacinas permitem explicar o trabalho dos cientistas do Butantan e da Fiocruz na luta contra o vírus. Materiais de proteção usados por profissionais da saúde e motoristas de ambulâncias esclarecem as arriscadas condições de trabalho, muitas vezes sem o equipamento necessário. Ventiladores, kits de intubação, cilindros de oxigênio hospitalar podem historiar o sofrimento de pacientes sem oxigênio e o estresse, a exaustão e o esgotamento físico, mental e emocional de médicos e enfermeiros em Manaus e outras cidades, reconhecidos por moradores que aplaudiram com as luzes piscando nos prédios residenciais.

O COTIDIANO NA PANDEMIA

O que podem nos contar sobre "a criatividade das pessoas" os diferentes tipos de máscaras confeccionadas artesanalmente, como relata Diogo Bercito em matéria na *Folha de São Paulo*? E as coleções de garrafas de álcool em gel produzidas por fabricantes de bebidas?

Fotografias de cidades desertas, mas também de festas clandestinas. Filas para tomar vacina, inclusive dentro do Museu da República, no Catete. Escolas esvaziadas. Crianças com ensino remoto misturando trabalho, escola e lazer, tudo no mesmo ambiente residencial. Cadê o alarido na hora do recreio, o pátio vazio, a interação com a rua e com os colegas, as brincadeiras infantis, as festas de pijama? O que a pandemia mudou no uso das redes sociais, com o *home office* e a proliferação de *lives*? Como ficou a relação com biblioteca, cinema, teatro, museus, bares, restaurantes, igrejas?

O Museu da Covid pode ir muito além da CPI do Senado, entrando na seara do aumento da violência doméstica contra mulheres, crianças, idosos indefesos, radiografando a crise econômica, a fome, a solidariedade de setores do povo brasileiro que organizaram a distribuição de cestas básicas. Se não for criado o museu, como saberemos o que as pessoas faziam em suas casas? Como reagiram indígenas, populações rurais e a periferia pobre das cidades?

O COVIDIOTA

E o léxico novo que pode ser musealizado, considerando o provável desaparecimento de algumas palavras? Os alemães criaram mais de 1.200 vocábulos novos durante a pandemia, segundo levantamento do Instituto Leibniz de Língua Alemã. *A Real Academia Española* reconheceu outro tanto, incluindo o termo *"covidiota"* para definir "as pessoas que se recusam a cumprir as normas sanitárias". No Brasil, a Academia Brasileira de Letras, presidida pelo sempre atento e sensível Marco Lucchesi, vai refletir sobre o tema?

Existem "covidiotas" no Brasil, mas podemos designá-los da mesma forma em português? Como denominar o general Luiz Eduardo Ramos, ministro da Casa Civil, que confessou em um áudio vazado haver tomado a vacina escondido? Como qualificar o general Pazuello para quem o capitão manda e o general obedece? O vídeo e a foto mencionada são emblemáticos e contam muito sobre a pandemia. Quantas histórias esse museu ensanguentado pode narrar? Qual Brasil será nele retratado?

P.S. O mês de maio começa sem a Leila Beatriz Ribeiro, que nos deixou (01/02/2021). Ela já não ouvirá Ed Mota cantar que outono no Rio, com a luminosidade difusa no céu azul, é um lugar para ser feliz.

Entramos juntos na sala de aula dezenas de vezes, compartilhamos várias turmas no Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS) na UNIRIO. Assistimos aulas um do outro. Exigente, responsável, competente, ela cobrava dos alunos leitura e qualidade no texto, o que me permitia desenvolver, sem culpa, o meu lado anárquico que, em certa medida, ela estimulava.

Nesta quinta (29) foi prestada uma homenagem organizada pelas colegas Evelyn Orrico e Vera Dodebei, com a participação da filha e do filho de Leila, além de ex-alunos e professores. Salve, Leila querida, junto com Urbano, o aposentado, pranteamos a tua partida. Tua ausência deixa saudades.

Referências:

1. Leila Ribeiro. *Por que você não coleciona selos como todo mundo? Velhice e objetos de coleção na trajetória de Urbano, o Aposentado.* Revista Ciências Sociais Unisinos, v. 43, p. 199-207, 2011

2. Leila Ribeiro & L.A.Rangel: *O museu é lugar de coisa velha? As coleções particulares de Urbano, o Aposentado.* Comunicação no IV ENEMU. UFG – Goiânia. 2011

3. Diego Bercito: *Museus nos EUA coletam objetos da pandemia. Folha de SP,* 27 abril 2020

4. Mário Chagas: *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade.* Cadernos de Sociomuseologia. Lisboa. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. 1999

5 José Bessa: *A descoberta do museu pelos índios.* In Abreu, Regina e Chagas, Mário (orgs): *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos.* Rio de Janeiro. DP&A Editora/FAPERJ. 2003

6. Jaqueline Bastos: foto de Pazuello no shopping em Manaus. 25 abril 2021

José Ribamar Bessa Freire. – Professor Universitário. Escritor. Crônica publicada em seu blog www.taquiprati.com.br

GOVERNO BRASILEIRO USA O RACISMO COMO POLÍTICA DE ESTADO

Iêda Leal

Foto: divulgação

Desde o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, em 2016, o povo negro assiste a um recrudescimento da violência. Com a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, o racismo praticamente ganhou foros de política de Estado. O problema existe no País desde sempre, mas agora os racistas batem no peito e têm orgulho de praticar cotidianamente seu preconceito. Portanto, o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, comemorado em 21 de março, é uma importante data para o movimento de negros e negras em todo o mundo, mas nesses últimos tempos ganhou contornos dramáticos no Brasil.

Dois casos mostram isso: o assassinato de João Alberto, em novembro de 2020, por seguranças do Carrefour, em Porto Alegre (RS), e a impunidade que ainda persiste em torno da morte de Marielle Franco, no Rio de Janeiro (RJ), ocorrida em março de 2018. Houve um levante dos movimentos negros, mas o racismo estruturante dificulta a leitura correta da situação grave que vivemos.

Os tiros que vitimaram a vereadora e o seu motorista Anderson Pedro Gomes continuam ecoando não só no Brasil, mas pelo mundo afora. Sim. Os algozes de Marielle mal podiam prever que ela se multiplicaria e que seu legado continua e continuará inspirando todos aqueles e aquelas que lutam por justiça social.

Esses são casos emblemáticos. Com uma história escravagista de mais de 300 anos, só abolida formalmente em 1888, o racismo está entranhado na sociedade brasileira e exige incomensurável luta do combativo movimento negro nacional. Se a discriminação racial sustenta a estrutura social, política e econômica da sociedade brasileira, é preciso reagir à naturalização das situações que provocam o racismo.

Para começar, urge reconhecer que um genocídio da juventude negra brasileira está em curso, ante o silêncio conivente da sociedade. Dados do Atlas da Violência 2018, que traz números de 2016, mostraram que, das 61.283 mortes violentas ocorridas em 2016 no Brasil, a maioria das vítimas eram homens (92%), negros (74,5%) e jovens (53%, entre 15 e 29 anos). É uma violência letal e intencional contra o povo negro.

Jair Bolsonaro está destruindo todas as políticas que buscam valorizar o povo negro, que responde por 56% da população. No seu governo, o reconhecimento de comunidades quilombolas caiu ao menor patamar da história. Sem a certificação oficial, os territórios que remontam ao período colonial e que serviram de refúgio para negros e negras ficam fora das políticas públicas e tendem a se tornar alvo de conflitos.

E, com a pandemia da Covid-19, as conhecidas dificuldades para homens e mulheres negras conseguirem uma vaga no mercado de trabalho se tornaram maiores. Em situação vulnerável de renda, moradia, sem possibilidade de aderir ao isolamento, necessário para evitar a propagação do coronavírus, essas pessoas estão mais expostas à contaminação, pois a necessidade de sobrevivência as obriga a longos deslocamentos dentro de transportes públicos nas grandes cidades.

Com este governo inepto e indiferente, homens negros são as vítimas preferenciais da Covid-19 no Brasil: são 250 óbitos pela doença a cada 100 mil habitantes. Entre os brancos, são 157 mortes a cada 100 mil. Os dados são do levantamento da ONG Instituto Polis. Entre as mulheres, as que têm a pele preta também morreram mais: foram a 140 mortes por 100 mil habitantes, contra 85 por 100 mil entre as brancas.

Esse padrão, justificado pelas desigualdades sociais e pelo preconceito racial, é apontado em outro levantamento, agora do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); mulheres, negros e pobres são os mais afetados pela doença. A cada dez pessoas que relatam mais de um sintoma da Covid-19, sete são pretas ou pardas.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), junto com seus sindicatos filiados, que representam cerca de 2 milhões de trabalhadores e trabalhadoras, tem desenvolvido sistematicamente ações de formação política no combate ao racismo, com atividades específicas nos locais de trabalho, que se refletem na vida. Só assim venceremos a discriminação racial estrutural que existe no Brasil. Tal esforço exige uma unidade sistemática na luta, ao logo de todo o ano: no ambiente escolar, mas com o olhar voltado para a sociedade como um todo.

Nos últimos dois anos, 49 declarações racistas foram proferidas por autoridades públicas. Um quarto delas saiu da boca do presidente Jair Bolsonaro. Os dados são fruto de um levantamento realizado pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) e pela ONG Terra de Direitos, que mapearam manifestações de cunho racista proferidas por membros do governo federal, parlamentares e servidores do Judiciário, entre 2019 e 2020.

Existe um reforço ao racismo no Brasil e é preciso que lembremos sempre do nosso compromisso com a luta contra o racismo no mundo. Temos de nos fazer ouvir, ampliando os espaços de reflexão e dando visibilidade à situação de vulnerabilidade a que estão sujeitos os quilombolas e a juventude negra nas agendas dos diversos segmentos sociais.

A consciência internacional deve se erguer contra o racismo. O povo negro vem reagindo e tem convocado toda a sociedade a combater a violência a que está submetido. Ante um governo genocida e racista, cuidemos uns dos outros. Vamos proteger nossa juventude, os quilombolas, as mulheres, assim como fez Paulo Freire, Patrono da Educação Brasileira, que completa 100 anos neste 2021.

Em seu legado por uma educação emancipadora, compreende o centenário de um pensamento intempestivo, de uma cultura de respeito, de luta por direitos e de superação das violências. Neste cenário de congruência, insere-se Lélia Gonzalez, ativista do Movimento Negro, cuja atuação sempre foi caracterizada pela capacidade de articular, com extrema propriedade, sobre a questão do povo negro em geral, e da mulher negra, em particular; figuras memoráveis que servem de inspiração para continuar colaborando na luta antirracista.

Iêda Leal – Tesoureira do SINTEGO / Secretária de Combate ao Racismo da CNTE / Coordenadora Nacional do MNU / Coordenadora do Centro de Referência Negra Lélia Gonzalez / Secretária de Comunicação da CUT-Goiás

NÃO TROCO
MEU
OXENTE
PELO OK
DE NINGUÉM
BISNAU
ITIQUIRA
CANGACO
xapuri
LOJA SOLIDÁRIA
htt

CHE
GENTILEZA
+ GERA
GENTILEZA
LUTA
+LIVRE
VIDA PÃO
VACINA &
EDUCAÇÃO!
RITA LEE
p://lojaxapuri.info/

A LAGOA FEIA

Alfredo A. Saad

Foto: divulgação

A Lagoa Feia era já conhecida desde os primórdios da exploração do Brasil Central, pelo menos no início do século XVII. A planura que a circunda, no lado leste e norte, naturalmente, era o caminho que se abria para quem vinha de Minas Gerais, ou dos sertões da Bahia, para o oeste. Ali, a "Picada da Bahia" se unia à "Picada de Minas", por uma variante da estrada que ligava Paracatu a Santa Luzia, um desvio para o norte, desde a passagem de Arrependidos.

O divisor de águas das bacias dos rios São Francisco, Tocantins e Prata percorre o planalto, de leste para oeste, exatamente à altura de Formosa. Às margens do córrego Josefa Gomes, o formador da Lagoa Feia, é que foi erigido o Registro que controlava o trânsito de ouro, de escravos e de mercadorias. Diz a lenda que era ali que os primeiros habitantes da região reuniam-se para trocar sua produção de couros e peles por sal e fazendas (principalmente tecidos e ferragens) vindos do litoral. As trocas deveriam acontecer num *pouso* de tropeiros, comumente encontrado ao lado das casas de registro.

O sal ali recebido não se destinava preferencialmente ao consumo humano: criava-se gado, nas redondezas, especialmente no Vão do Paranã, e a carde seca, evidentemente salgada, era uma das *fazendas* que constam das listas de mercadorias que transitavam pelo Registro.

Formosa nasceu nas proximidades do Registro da Lagoa Feia, inicialmente como o Arraial dos Couros. O Registro ficava exatamente num ponto que, pela facilidade que oferecia ao trânsito, deveria constar de todos os roteiros orais dos bandeirantes e dos roteiros dos aventureiros que se arriscavam solitários, ou em pequenos grupos, que buscavam meios de sobrevivência, mesmo que não fosse garimpando ouro. Eram vendedores de carne seca, de sal, de cereais, de ferramentas e de tecidos, tentando burlar o monopólio da coroa na comercialização desses bens.

O ponto exato onde se erigia o Registro ficava no plano acima da cabeceira norte da Lagoa Feia, a uns 400 ou 500 metros dela e a igual distância da extremidade da serra do General, a serra de São Pedro. Por ali corre o Josefa Gomes, ainda o principal alimentador da Lagoa.

Era ali, também, onde o córrego não excedia os 2 metros de largura e pouco mais de 30 centímetros de profundidade, que, possivelmente, passava a Picada para Meia Ponte e Vila Boa, para quem vinha dos currais das margens do rio São Francisco. Esse caminho, contudo, não é citado nos registros oficiais da época.

O caminho para Couros era um desvio para o norte da estrada de Vila Boa-Paracatu. Esse desvio ligava a passagem de Arrependidos, onde também foi construído um registro, ao Registro da Lagoa Feia.

Assim, entre a passagem de Arrependidos e a passagem ao norte da Lagoa Feia, mesmo antes da existência dos Registros, devia haver duas trilhas não oficiais e ilegais, abertas pelas tropeiros e pelos exploradores que por ali vagavam: uma delas, seguindo de Arrependidos para o norte, passando a leste do rio Preto; a outra, também partindo o mesmo ponto e fazendo uma curva suave para oeste do rio Preto e ultrapassando pequenos riachos, seus afluentes: o rio Jardim, o riacho Retiro-Jacaré e o riacho Santa Rita.

O que não se sabe e sobre o que não se podem levantar hipóteses é se essas trilhas foram abertas do Sul para o Norte (a partir de Arrependidos), ou se do Norte para o Sul (a partir da passagem seca na extremidade da Lagoa Feia).

Ao longo da trilha, a oeste do rio, é que começaram a surgir pequenos assentamentos de posseiros e as proibidas roças de cana-de-açúcar e plantações de abóbora e de mandioca. Foi ao lado dessa trilha, às margens de um pequeno regato, afluente do córrego do Brejo, por sua vez originador do Josefa Gomes, que se formou a povoação de Couros.

Alfredo A. Saad – Escritor, em *Álbum de Formosa – um ensaio de história e mentalidades*. Obra póstuma, publicada pela família em 2013.

RISOTO DE PEQUI COM CARNE DE SERENO

Lúcia Resende

Fiz este risoto, publiquei as fotos nas redes sociais, e foram muitos pedidos de receita e explicações, por exemplo, sobre o que é carne de sereno.

Pois bem, a carne de sereno, muito apreciada por aqui, nada mais é que uma carne temperada com sal grosso, colocada para escorrer depois que o Sol se põe e retirada antes do raiar do dia (ou seja, é uma carne de sombra).

Pois bem, para esta receita, ou para qualquer outro uso, a carne de sereno deve ser preparada na véspera (já escorrida, pode ser congelada). Gosto de fazer com lagarto ou coxão duro, mas pode ser outra, de acordo com a preferência. Dito isso, vamos lá!

INGREDIENTES

200 gramas de carne de sereno

2 xícaras de arroz arbóreo

1 cebola média

5 a **6** caroços de pequi

50 gramas de queijo parmesão ralado

2 dentes de alho

3 colheres de azeite

1 colher cheia de manteiga gelada

Sal

Pimenta-de-cheiro

Pimenta-do-reino

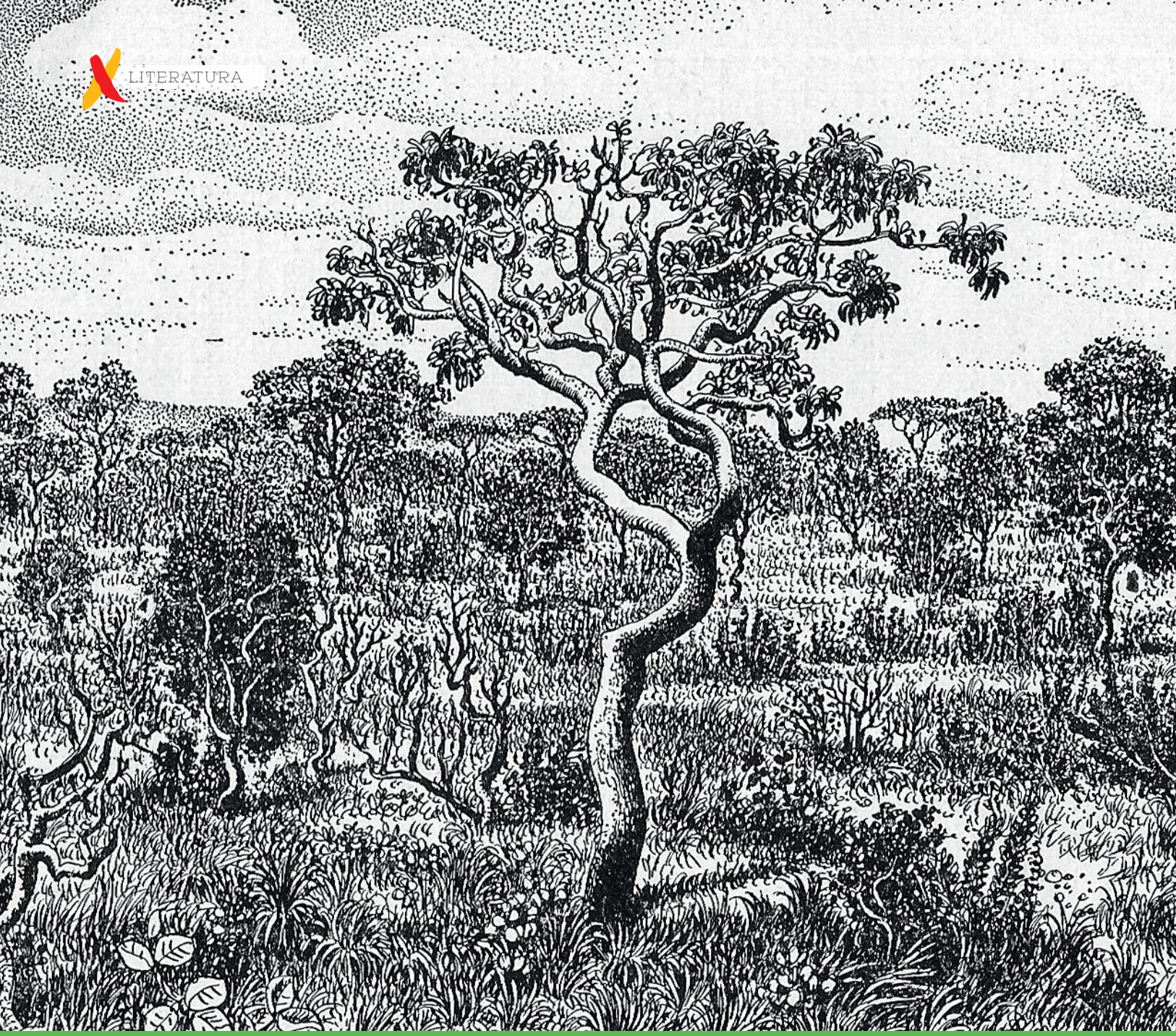
Alho-poró (aproximadamente 1 ½ kg)

MODO DE FAZER

Corte a carne em cubinhos, passe água fervendo e escorra. Em seguida, amasse o alho e a pimenta-de-cheiro com um pouco de sal e corte a cebola em cubinhos pequenos. Em uma panela, coloque o azeite, doure o alho e acrescente a cebola, em seguida a carne e a pimenta-do-reino. Refogue bem, pingando água, até que a carne esteja macia. Junte o pequi, o arroz arbóreo, sal, e refogue bem. Depois, vá colocando água aos poucos, mexendo sempre, até que o arroz fique "al dente" e bem cremoso. Acrescente o alho-poró, o parmesão, regule o sal. Desligue o fogo, junte a manteiga gelada e mexa bem. Está pronta a delícia!

Lúcia Resende
Professora
@mluciares

Foto: Lúcia Resende



PEDRO BU

Altair Sales Barbosa – adaptação (para podcast) do texto original de Clodomir de Morais

UNDA

Ilustração: Desenho a bico de pena de Percy Lau - IBGE

Eu sou Pedro Bunda.

Minha mãe morreu no momento em que nasci. Do meu pai não tenho notícia. A finada Sabina Parto-Bom foi a parteira que me aparou. Dela tenho vaga lembrança. Seu João Cego-do-Outro-Lado, vizim de Agnelo, que anda perseguido por todos os gerais e cafundós, foi quem contou do meu nascimento.

Lembro-me ainda das suas palavras:

– A veia Sabina Parto-Bom, costumada com parimento, derna de bicho do mato inté passarim da casca de ovo, só não vingou salvar a mãe, mas os nascidos escapou. Foro que naugurou a bacia dela, de flandre, novinha em folha. Trabalhava dez anos com uma gamela de imburana já quase furada de lavar e raspar gosma de parto. O restante era uma tesoura de cortar tripa, cordão, fumo e cachaça alcanforada pra amarração e cura do umbigo e ainda toalha curada na fervura das folhas de hortelã miúdo. Era a mais confiante aparadeira daqueles tempos que os povo dos tabuleiro da Tamarana tinha.

Pensa que tinha nojo dos partos? Qual quê! Colhia os meninos que nem gente colhe algodão de flor, cuidando pra não ter só uma banda. E sempre dizia: "Todo trabaio do mundo rende a mesma medida. A colheita da plantação só é alegre, mode a semeia que é suada. Na dos vivente só é triste mode que no plantio só teve gozo. Tudo que veve no escuro do ventre vê a luz mermo adispois de morto, se Deus não ajuda, a Nossa Senhora do Bom Parto dispensa".

Setestelo já tava em riba; galo cantando, noite caduca, quando Deus se fez servido.

Todo mundo se esconjurou tremente de medo e variante nas ideias más, quando viu aquele macaquim de oito pés chorando pelas duas cabeças que tinha. Santo Deus, orai pro-nóbis! Não era bicho nem nada. Vieram foi apregado, os dois, pela bunda de trás, só um lado, como Deus fez, na denúncia do pecado e do malfeito. Mãe morta pra assombro dos pecadô.

A mãe foi enterrada no canto da porta, pro nascido não chorar longe dela. Leite de duas pretas e de duas cabras paridas, mais chotão de farinha de mandioca e rapadura, com a graça de Deus escaparo do mal-de-sete-dias.

Conhecente do mistério, Sabina Parto-Bom só deu por terminado o serviço e a caridade quando retaiou os dois mambaços mode separar o agregado. Febre, postema supurante sem reima, quandé-fé ficaro bom. Só vendo se crendo.

E assim eu vim ao mundo. Por causa do aleijume nos fundo, recebi o apelido de Pedro Bunda. Eu nasci bem lá no meio do Cerrado. Conheço quase todos os seus segredos.

Eu nasci lá no Cerrado
No Cerrado me criei
Vendo planta, ouvindo bicho
Entendendo a sua lei
Amolando a minha enxada
Minha roça eu plantei

Pisei em cabeça de frade
Muito espinho eu entortei
Acordei um catingueiro
Na sombra do pequizeiro
Mais que ele eu assustei

Cerco o fogo com acero
Da mamona tiro azeite
Pra acender meu candeeiro
Armadilha na florada
Marimbondo e abelha
Caindo na teia da aranha rajada

Se planto minha roça
Longe da palhada
Gasto tempo à toa
Capivara gosta
De comer minha roça
Esconder na lagoa

Ararinha canta na serra
Faz seu ninho na barranca
Urutau canta medonho
Quem não conhece espanta

Buriti nasce na água
Na vereda solitária
Do seu fruto eu faço doce
E guardo na sua palha
Jataí é inofensivo
Mas seu mel é decisivo
Pra curar minha garganta

Meu carro de boi
Quando canta calado
Põe azeite no cocão
Quando roda pesado
Ele canta afinado
No tom desta canção.

(Música Segredos do Cerrado de Mestre Arnaldo)

É! Eu sou Pedro Bunda, atravessei a existência às custas de minha inteligência, por isso sou um pouco de filósofo, médico, político e até relações públicas.

Não passo necessidades, sempre colocam no meu alforge uns torresmos, farinha, feijão, arroz, rapadura e sal e, às vezes, algum trocado. Também não sou solitário, tenho amigos que me visitam.

Às vezes, quando a tristeza aperta e a saudade aumenta, vem a vontade de chorar, lembro das canções que aprendi com o mundo e, assim, cantando, adquiro a resistência para continuar vivendo.

Ei Pau Pereira,
Pau de ingratidão,
Todo Pau fulora e cai,
Só o Pau Pereira não.

Altair Sales Barbosa - Doutor em Antropologia / Arqueologia. Sócio Titular do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Goiás. Pesquisador Convidado da UniEvangélica de Anápolis.

Ilustração: Desenho a bico de pena de Percy Lau – IBGE

O DEMÔNIO DA TASMÂNIA

Eduardo Galeano

É famoso no mundo este monstro diabólico, de bocarra aberta e dentes destroçadores de ossos.

Mas o verdadeiro demônio da Tasmânia não veio do Inferno: foi o império britânico que exterminou a população desta ilha, vizinha da Austrália, com o nobre propósito de civilizá-la.

A última vítima da guerra inglesa de conquista se chamava Truganini. Essa rainha despojada de seu reino morreu no dia de hoje [8 de maio] de 1876 e com ela morreram a língua e a memória de seu povo.

Eduardo Galeano – Escritor revolucionário, em *Os Filhos dos Dias*, Editora L&PM, 2012.

Pintura: Eugene Von Guérard

A LUTA DOS BANCÁRIOS NA PANDEMIA

GARANTIR A VIDA, VACINA PARA TODOS, AUXÍLIO EMERGENCIAL DE R$ 600, EMPREGO, DEMOCRACIA E DEFESA DOS BANCOS PÚBLICOS

Cleiton dos Santos

Foto: divulgação

A maior crise sanitária que o Brasil enfrenta em mais de um século já matou mais de 420 mil pessoas, em razão principalmente da irresponsabilidade de um governo obscurantista que incentiva o morticínio. Outra perversidade é que a pandemia não apenas escancara como aumenta a vergonhosa desigualdade social do país.

A doença mata mais negros e pobres, que moram e trabalham em condições precárias, não podem fazer trabalho remoto e têm que sair de casa para ganhar o pão, pegam transporte público lotado e estão mais expostos ao vírus, sem ter acesso a bons hospitais.

Desde o início da pandemia, mais de 6 milhões de trabalhadores formais perderam o emprego (totalizando 14,4 milhões), sem contar os que tiveram redução de salário, e 40% dos 34 milhões de trabalhadores informais perderam total ou parcialmente os seus ganhos. Pequenas e médias empresas, também sem uma política de proteção eficaz pelo governo federal, fecham as portas, vão à falência e demitem trabalhadores.

O número de brasileiros que vivem na pobreza saltou de 9,5 milhões em agosto de 2020 para mais de 27 milhões em fevereiro de 2021.

Na outra ponta, os ricos ficam mais ricos. Segundo a Oxfam, o número de bilionários no Brasil subiu de 42 para 65 pessoas desde o início da pandemia, acumulando patrimônio de US$ 212 bilhões de dólares. Suas fortunas cresceram US$ 34 bilhões.

Os três maiores bancos privados do Brasil (Bradesco, Itaú e Santander) tiveram lucro líquido somado de R$ 16,9 bilhões somente nos três primeiros meses de 2021, alta média de 46,9% em relação ao mesmo período do ano passado.

Por isso os bancários, além de lutarem por seus direitos e pela proteção de sua saúde no embate com os bancos, estão juntos na luta das centrais sindicais pela preservação da vida de todos os trabalhadores e de toda a população brasileira. Mobilizam-se com outras categorias para garantir vacina urgente para todos os brasileiros e pressionar o governo e o Congresso Nacional a aumentarem o auxílio emergencial para R$ 600 enquanto durar a pandemia. Além de adotarem políticas que gerem emprego e protejam a população mais vulnerável.

É também para ajudar a alavancar investimentos que fortaleçam a economia, no presente e no futuro pós-pandemia, que os bancários lutam contra o desmonte dos bancos públicos. Somente o Banco do Brasil, a Caixa, o Banco da Amazônia, o Banco do Nordeste, o BNDES, o BRB e o Banpará podem cumprir essa missão estratégica no desenvolvimento do país. Os bancos privados não cumprem esse papel e só se interessam pelo lucro.

Esses são os desafios mais urgentes dos bancários e dos trabalhadores brasileiros. Estancar o genocídio, imunizar toda a população, garantir a sobrevivência dos desempregados e precarizados. Manter o Brasil vivo e de pé.

FETEC CUT Centro Norte

Cleiton dos Santos – Presidente da Federação dos Bancários do Centro-Norte (Fetec-CUT/CN)

RONDÔNIA PROMOVE UM "LIBEROU-GERAL" NA GRILAGEM

Fabio Pontes

Foto: divulgação

O governador Marcos Rocha (PSL) e os parlamentares de Rondônia decretaram um "liberou-geral" com a aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLC) 80/2020, de autoria do Executivo. Às vésperas da Cúpula de Líderes sobre o Clima (ocorrida no último dia 22 de abril), as autoridades rondonienses decidiram reduzir em 211 mil hectares os tamanhos do Parque Estadual de Guajará-Mirim e da Reserva Extrativista (Resex) Jacy-Paraná. A mensagem foi clara: estão autorizados a grilagem, a invasão e o desmatamento de terras protegidas.

"Na hora que ele [o governador] sancionar, vão acabar de invadir o restante de floresta que tem nestas áreas", alerta o primeiro-secretário da Organização dos Seringueiros de Rondônia (OSR), João Bragança. "O desmatamento irá aumentar já a partir deste ano", prevê Marcelo Ferronato, pesquisador da Ação Ecológica Guaporé (Ecoporé).

A Assembleia Legislativa é ligada, historicamente, ao setor ruralista de Rondônia, não por acaso o terceiro estado que mais desmatou na Amazônia Legal entre 1988 e 2020: 62,9 mil quilômetros quadrados. O PLC 80 foi aprovado de forma unânime por 17 deputados estaduais, incluindo um representante do Partido Verde, Luizinho Goebel. O parlamentar é líder do governo estadual.

Na mesma sessão que aprovou a desafetação [redução] da Resex Jacy-Paraná e do Parque de Guajará-Mirim, os deputados estaduais criaram seis novas áreas protegidas, cujos tamanhos não equivalem à perda das UCs reduzidas. Mas foi a contragosto, como admitiu o deputado Jean Oliveira (MDB) na noite do dia 20 de abril: "Nenhum deputado aqui é a favor da criação de unidade de conservação, mas infelizmente se faz necessária para compensar, para ter o equilíbrio". Oliveira é vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa.

"Para mim é um recado para quem grila terra pública: pode grilar que a Assembleia Legislativa regulariza. A Assembleia Legislativa apoia, muito claramente, quem causa dano ambiental", diz Ivaneide Bandeira, indigenista e ambientalista, sócia-fundadora da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé. Para Ivaneide, a tendência é de mais unidades de conservação estaduais desaparecerem e o desmatamento avançar com mais velocidade.

"Eles vão atualizar o plano de Zoneamento. E atualização significa acabar com unidade de conservação. Sempre foi assim. Essa é a terceira atualização", antecipa Ivaneide. "Isso não é uma regularização fundiária, é uma regularização de invasão."

No dia da aprovação do PLC 80, os deputados confirmaram que a próxima votação será a do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico de Rondônia. O zoneamento é uma espécie de mapa que define o quê e quais atividades econômicas serão desenvolvidas no estado, de acordo com as características de cada região.

A GRILAGEM HISTÓRICA

Conforme lembram os ambientalistas, as invasões, em sua grande maioria, não foram feitas por posseiros com perfil de reforma agrária ou integrantes de organizações como o Movimento dos Sem-Terra (MST). Essas apropriações de vastas áreas de terras públicas eram patrocinadas por grandes latifundiários, muitas vezes apoiados pelos políticos locais, e que remontam à época da ditadura militar, dinâmica que se repete até os dias de hoje.

"Rondônia é um dos estados mais desmatados do país. Com amplo domínio do latifúndio, buscam reduzir as áreas protegidas para atender aos interesses da grilagem", tuitou o analista ambiental

Foto: divulgação

Hugo Loss, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). "A grilagem é isso: manutenção da grande propriedade e lucro com a invasão e desmatamento de terras públicas", comentou Loss, que foi exonerado do cargo de coordenador de operações do Ibama pelo ministro Ricardo Salles, em 2019, logo após o episódio do chamado Dia do Fogo.

A Resex Jacy-Paraná e o Parque Estadual de Guajará-Mirim passaram a ser alvos constantes, nos últimos 20 anos, de invasões para expansão da retirada ilegal de madeira e pecuária. A maioria dos 50 moradores originários da Jacy-Paraná foi expulsa pelos invasores. Algumas dessas famílias extrativistas chegaram a ser expulsas sob a mira de arma de fogo por jagunços dos grandes fazendeiros que transformaram a floresta em pasto para o boi.

João Alberto Ribeiro, sócio-fundador da Ecoporé e funcionário aposentado do Ibama, lembra do processo de invasão da Jacy-Paraná. "Foi uma ocupação violentíssima. Eles expulsavam os seringueiros na porrada", diz. "A invasão da Jacy-Paraná foi tutelada pelo Estado. Os invasores entram e saem com o gado a todo momento."

Ribeiro conhece como poucos a história e o processo de grilagem em unidades de conservação federais e estaduais de Rondônia – além das terras indígenas. Com atuação também no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão responsável pela gestão das áreas protegidas da União, ele explica que a invasão de terras públicas na Amazônia segue uma dinâmica própria.

"Primeiro entram os madeireiros saqueando tudo, tirando as madeiras de valor. Depois derrubam toda a área, colocam fogo e jogam o capim para aquilo ali se transformar em pastagem", explica o ambientalista. Para garantir a posse da terra, também constroem casas e, em alguns casos, vilas inteiras.

De acordo com ele, os grupos que fazem uma nova invasão numa área protegida acabaram de sair de outra. "São as mesmas pessoas que grilaram uma área e vão para a vizinha. Cansamos de apreender os celulares e ver que eram as mesmas pessoas que tinham acabado de ser autuadas", diz Ribeiro.

A partir de 2002, ano da eleição de Ivo Cassol para governador, o processo de invasão em Rondônia foi acelerado, de acordo com Ribeiro. Em 2013, o então senador Ivo Cassol (PP) foi condenado a quase cinco anos de prisão, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por fraudes licitatórias quando ocupou o cargo de prefeito de Rolim de Moura.

"O que o Bolsonaro é hoje para o meio ambiente no plano federal, o Ivo Cassol já era aqui no plano local. Ele foi desastroso para as áreas protegidas de Rondônia", ressalta. De acordo com Ribeiro, ao final do governo Cassol, em 2010, o estado extinguiu 10 unidades de conservação 'numa tacada só'".

DEPOIS DA DEVASTAÇÃO

A tendência pelos próximos cinco anos é que as últimas áreas de floresta remanescentes nas duas UCs desapareçam devido às invasões causadas pela grilagem que será impulsionada com a

Foto: divulgação

Foto: divulgação

aprovação do PLC 80/2020. Esta é a previsão do biólogo Marcelo Ferronato.

Pesquisador da Ecoporé, organização da sociedade civil criada no fim da década de 1980, Ferronato está pessimista depois da aprovação do PLC 80/2020. "Por mais que [os deputados] neguem em seus discursos, o desmatamento irá aumentar consideravelmente na região já a partir desse ano. Pois, entre a desafetação e a regularização fundiária, muito tempo se transcorrerá e haverá uma corrida para consolidar as ocupações".

Primeiro-secretário da Organização dos Seringueiros de Rondônia (OSR), João Bragança afirma que a desafetação das duas áreas, já bastante desmatadas por ações predatórias, poderá gerar um efeito dominó. "Eles estão abrindo precedente para desafetar outras unidades de conservação", afirma.

Além dos riscos para a preservação da Floresta Amazônica, avalia Bragança, a redução das áreas protegidas representa ameaça à sobrevivência das famílias tradicionais. Em vez de terem segurança jurídica, extrativistas são ameaçados e expulsos pelos invasores. Muitas das vezes com o uso da força e ameaçados de morte, alerta o seringueiro.

"Essas exclusões vão acontecendo e abrindo caminho para os invasores. Quem protege as unidades de conservação? É a comunidade que ali reside. Se a comunidade é expulsa, a unidade fica exposta a invasões", diz João Bragança.

O geógrafo e assessor técnico da OSR Joadir Luiz de Lima lembra que foram várias tentativas da entidade em retirar os invasores por meio de recursos judiciais, mas os sucessivos governos estaduais fizeram vista grossa. "Dois anos depois de ser criada, a reserva passou a sofrer com as invasões. Foi uma invasão lenta. E de lá pra cá só foi aumentando e o governo nunca tirou esses invasores", diz.

A DESFAÇATEZ PARLAMENTAR

O deputado estadual Jean Oliveira, que foi relator do PLC 80, é alvo de investigação da Polícia Federal, que apura organização criminosa que tentou se apropriar de terras públicas em outra unidade de conservação, o Parque Nacional de Pacaás Novos. No dia da votação do projeto, ele defendeu que remover os invasores de dentro das unidades de conservação não é a solução. "Retirar as pessoas lá de cima não vai resolver o problema ambiental. Uma área de pastagem jamais voltará a ser uma floresta", justificou. "Se votarmos essa matéria hoje, o pouco de floresta que sobrou será mantida".

Esse tipo de pensamento é quase que uma unanimidade entre os 24 deputados estaduais de Rondônia. Todos os discursos na noite daquele 20 de abril foram no sentido de apoiar a matéria e parabenizar o governador Marcos Rocha pela "coragem" por enviá-la à Casa.

Por conta da repercussão negativa da aprovação do PLC às vésperas da Cúpula do Clima, realizada dois dias depois, o governador bolsonarista pediu, em vão, que o presidente da Assembleia, Alex Redano, o retirasse da pauta de votações.

Ao negar o pedido, Redano ganhou aplausos de seus colegas e de possíveis moradores das duas UCs "beneficiados" pela aprovação da proposta. A claque estava presente na galeria do plenário. "Estamos resolvendo um problema de décadas e garantindo ao Estado e ao setor produtivo uma nova oportunidade de fazer a coisa certa, obedecendo limites e respeitando o meio ambiente", disse o presidente.

"Não estamos aqui permitindo que pessoas desmatem mais, nós estamos regularizando aquilo que já está desmatado", declarou Cirone Deiró (Podemos).

Foto: divulgação

Na análise de Joadir de Lima, da OSR, a criação das seis novas unidades não trará resultados concretos. "Essas novas unidades criadas já têm problema fundiário, tem morador dentro. Vão virar o mesmo problema da Jacy-Paraná. Tem reserva dessa criada com 150 hectares. É inviável criar uma UC desse tamanho. Não tem viabilidade ambiental", explica. Pelos cálculos de Joadir, a área das novas unidades não ultrapassam os 100 mil hectares, enquanto a desafetação superou os 200 mil.

A INDÚSTRIA DA GRILAGEM

Usado com frequência pelos invasores de terras públicas, o argumento do "fato consumado" é reforçado pelos defensores de projetos de lei que "legitimam" a grilagem. "A indústria da grilagem usa o modelo do fato consumado, do tipo já está tudo desmatado e não tem como recuperar", explica o ambientalista João Alberto Ribeiro.

O incentivo da ilegalidade tem sido patrocinado oficialmente. O próprio órgão responsável pela vigilância sanitária animal (Idaron) emite carteiras de vacinação e Guia de Transporte Animal (GTA) para o rebanho que ocupa áreas invadidas em UCs.

Até agora, Ribeiro diz não ter entendido por que o Parque Estadual de Guajará-Mirim também foi desafetado, já que não há registro de moradores no seu interior. Ao desproteger os 50 mil hectares incluídos no PLC 80, o governo "libera a porteira" para a entrada dos invasores. "O Guajará-Mirim sempre foi referência em termos de proteção. Milhões foram investidos com recursos do Arpa [Áreas Protegidas da Amazônia] para conter a grilagem".

Mas há outra explicação possível. De acordo com dados do Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), as duas unidades de conservação desafetadas são as campeãs no registro de fogo ao longo do ano passado em Rondônia.

A Resex Jacy-Paraná teve 895 focos de queimadas detectados em 2020, e o Parque de Guajará-Mirim com 133 focos. A capital Porto Velho e o município de Nova Mamoré – onde está a Resex – lideraram o ranking do fogo em Rondônia em 2020: 3.428 e 1.028, respectivamente. Entre os municípios amazônicos, Porto Velho ficou na terceira posição em registro de focos, atrás de São Félix do Xingu e Altamira, ambos no Pará.

O DESMATAMENTO CONTÍNUO

Quanto ao desmatamento, conforme dados do Prodes/Inpe, a Resex Jacy-Paraná também está na dianteira. Entre 2008 e 2020, a unidade teve desmatados 834,61 km2 de floresta. É a segunda área de proteção da Amazônia mais devastada no período, atrás apenas da Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu, no Pará. Neste mesmo intervalo, o Parque de Guajará-Mirim perdeu 86,92 km2.

Os dados oficiais do Inpe apontam Rondônia como um dos estados que mais contribuem para a devastação do bioma Amazônia. O ano de 1995 foi o pior em níveis de desmatamento nas últimas três décadas: 4,7 mil km2. Foi exatamente a partir daí que o estado passou a intensificar a criação de UCs próprias como forma de garantia para firmar parcerias com instituições internacionais, como o Banco Mundial.

A Resex Jacy-Paraná foi criada por meio do decreto 7.335, de 17 de janeiro de 1996, com o nome de Reserva Extrativista do Rio Jacy-Paraná. Era às margens do manancial onde vivia a maioria das famílias originárias de extrativistas, expulsas pelos invasores agora "legalizados" pela Assembleia Legislativa. Conforme o decreto de criação – assinado pelo então governador Valdir Raupp (MDB) –, sua área era de 205 mil hectares. Pelo texto original do PLC 80, passa a ter 45.184 hectares.

Já o Parque Estadual de Guajará-Mirim surgiu a partir do Decreto 4.575, de 23 de março de 1990. Sua área original era de 258.813 hectares. Pelo projeto aprovado semana passada, passa a ter 207.148 hectares. As duas UCs estão na região noroeste de Rondônia, abrangendo os territórios de Porto Velho,

Nova Mamoré, Buritis e Guajará-Mirim. Junto de outras unidades federais e terras indígenas (Karipuna e Karitiana) deveriam formar um mosaico de áreas naturais protegidas – junto de unidades da Bolívia – para proteger a região da invasão de terras públicas.

Fabio Pontes – Jornalista acreano. Escreve com frequência para a Agência Amazônia Real e a revista Piauí, além de manter o blog www.fabiopontes.net Esta matéria foi publicada no blog https://amazoniareal.com.br/, em abril de 2021.

Foto: divulgação

LENDA DA CASA DAS 365 JANELAS

O comendador Joaquim era um dos homens mais ricos de Goiás no século XIX. Tinha tanto dinheiro que mandou fazer um belo casarão com 365 janelas, uma para cada dia do ano. Para construí-la, não olhou para gastos, empregou as madeiras mais finas, usou acabamentos em ouro e as lâmpadas eram feitas de um cristal puríssimo.

A casa tinha salões de reuniões, salão de baile, quartos, alcovas para os viajantes, cozinha, despensas e tudo mais que significava conforto naqueles tempos. Não havia morada mais bonita e todos os que passavam por aqueles campos se aproximavam para contemplá-la. A fama da mansão era tão grande que mesmo artistas que nunca a tinha visto faziam pinturas sobre ela.

Um belo dia, o comendador faleceu e não deixou herdeiros. Por isso, o povo entrou na casa, vasculhou todos os seus recantos em busca dos tesouros escondidos que o comendador tinha. Quem não conseguiu levar os copos dourados ou os macios lençóis, arrancou pedaços do piso de madeira e também as lindas janelas que eram a joia daquela construção.

Diz a lenda que vários pedaços da casa serviram para edificar outras em Goiás e, por isso, é possível ouvir os passos do Comendador pelas ruas buscando partes de sua antiga casa das 365 janelas.

Fonte: todamateria.com

NÃO AO GENOCÍDIO NAS

NÃO AO PL 5595

Estamos vivendo o pior **momento da pandemia da covid-19.** Para se ter uma ideia, nos quatro meses de 2021, perdemos mais vidas para o vírus do que em todo o ano de 2020. Mesmo assim, de forma absurda, parlamentares da base do governo federal insistem em colocar **vidas em jogo com o retorno presencial às aulas.** É o que propõe o projeto de lei 5595/20, de autoria da deputada Paula Belmonte (Cidadania-DF) e outros.

De olhos fechados para os alarmantes números relacionados à pandemia, o projeto veda "a suspensão das atividades educacionais em formato presencial" e impõe que milhares de crianças, adolescentes, professores e a comunidade escolar, de forma geral, dêem **uma chance para morte.** O PL já foi aprovado na Câmara dos Deputados e agora tramita no Senado Federal.

NÃO PODEMOS ACEITAR O GENOCÍDIO NAS ESCOLAS!

ESCOLAS
5/20
Você pode ajudar a salvar vidas.
Entre no site pressao.sinprodf.org.br ou acesse o QR Code e pressione os senadores a votarem contra o PL 5595.
Acesse o QR Code e leia a carta nacional "Essencial é a vida", que pressiona senadora/es a votarem contra o PL 5595/20

Foto: divulgação/ Helio Carlos Mello

VERGONHA! FUNAI PERSEGUE SONIA GUAJAJARA

Laura Capriglione

Vergonha! Funai, a serviço de Bolsonaro, persegue a líder indígena Sonia Guajajara. Órgão criado para proteger e promover os direitos dos povos indígenas agora é quem quer calar as denúncias do genocídio dos povos tradicionais na pandemia.

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), delegado da PF Marcelo Augusto Xavier da Silva, colocou seus colegas policiais para intimidar uma das mais importantes e reconhecidas lideranças indígenas do País, Sonia Guajajara, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

O argumento: Sonia e a Apib teriam difamado o governo de Jair Bolsonaro na série "Maracá", um conjunto de 8 episódios veiculados pelo Youtube no final do ano passado, com denúncias de violações de direitos cometidas contra os povos indígenas no contexto da pandemia da Covid-19.

É a primeira vez, desde sua criação, em 1967, que a Funai é usada para perseguir líderes indígenas, em vez de protegê-los. *"Não irão prender nossos corpos e jamais calarão nossas vozes. Seguiremos lutando pela defesa dos direitos fundamentais dos povos indígenas e pela vida"*, afirmou a Apib em nota.

CURRÍCULO DE VIOLÊNCIAS

Marcelo Augusto Xavier da Silva é um sujeito violento. Segundo a BBC Brasil, ele teve de prestar dois concursos para delegado da Polícia Federal, porque foi rejeitado na avaliação psicológica do primeiro dos concursos que prestou. *"Os examinadores consideraram que a personalidade de Marcelo não era adequada ao cargo, já que policiais não podem ser pessoas excessivamente agressivas ou impulsivas"*.

Em janeiro de 2019, o presidente da Funai, que foi escolhido pessoalmente por Jair Bolsonaro, foi denunciado pelo próprio pai, então com 71 anos, por ter-lhe desferido um soco no rosto. O pai de Marcelo Augusto Xavier da Silva fez boletim de ocorrência na delegacia Novo São Joaquim (MT).

PODE SER PIOR? PODE!

Quando era policial federal, sua atuação foi contestada em duas investigações internas da corporação, em uma delas por suspeitas de estar colaborando com os intrusos de uma terra indígena.

Tanta confiança têm os inimigos dos povos indígenas na atuação de Marcelo Augusto Xavier da Silva que ele chegou a ser nomeado para trabalhar como assessor do pecuarista e secretário de assuntos fundiários do Ministério da Agricultura, Nabhan Garcia, ex-presidente da UDR, inimigo da reforma agrária e da demarcação de terras indígenas, antes de conquistar seu troféu maior: a presidência da Funai.

Com esse histórico de vida, não é difícil entender por que a Funai pediu à PF que persiga e tente intimidar Sonia Guajajara.

Ele é um legítimo herdeiro dos genocidas bandeirantes, que seguem levando a morte, a doença e a dor às terras indígenas.

Por isso, Jornalistas Livres [e também nós aqui da Revista Xapuri] irmanam-se à luta de Sonia e da Apib. E exigem o fim da perseguição.

Laura Capriglione – Jornalista, em https://jornalistaslivres.org/vergonha-funai-persegue-sonia-guajajara/

NOTA DA REDAÇÃO: Em 05/05, com a revista no prelo, a Justiça Federal mandou arquivar o inquérito contra Sonia Guajajara. Resolvemos manter a publicação da matéria, por seu caráter de denúncia.

Foto: divulgação

O DOLOROSO PARTO DA MÃE TERRA: UMA BIOCIVILIZAÇÃO

Leonardo Boff

A Cúpula das Mudanças Climáticas, convocada pelo presidente Joe Biden, exprime um grito de alarme. Se não detivermos o aquecimento até o limite de 1,5 graus, conheceremos perigoso extermínio da biodiversidade e milhões de migrantes climáticos que, não podendo se adaptar às mudanças e por perderem seus meios de subsistência, sentem-se constrangidos a abandonar suas pátrias queridas e romper os limites de outros países, causando graves problemas sociopolíticos.

O CO2 permanece na atmosfera por cerca de 120 anos. Tarde acordamos por sua toxidade sobre os sistemas vivos e sobre o nosso futuro. Nos últimos anos ocorreu algo amedrontador: o degelo rápido do *permafrost*, aquela parte congelada que vai do Canadá e atravessa toda a Sibéria. Acresce ainda o degelo célere das calotas polares e da Groelândia.

Este fenômeno agrava o aquecimento global porque o metano é 25 vezes mais nocivo que o CO2.

Cada cabeça de bovino, por ruminação e flatulência, emite por dia entre 80-100 kg de metano, lançado na atmosfera. Imagine-se o que significa tal quantidade com todos os rebanhos do mundo. Só no Brasil o número de bovinos é maior do que a nossa população.

Por mais que fizermos, devido à acumulação de gases de efeito estufa na atmosfera, não teremos como evitar efeitos extremos. Eles virão: tufões, estiagens prolongadas, verões extremamente quentes e nevascas excessivas, erosão da biodiversidade e perda da fertilidade dos solos e outros. O que podemos e devemos é prepararmo-nos para a sua irrupção e destarte minorar os efeitos desastrosos.

Ninguém na Cúpula do Clima teve coragem de apontar as causas primordiais de nosso aquecimento global: o nosso modo de produção capitalista em cujo DNA está o crescimento ilimitado que demanda a extração ilimitada de recursos naturais a ponto de debilitar fortemente a sustentabilidade do planeta. Uma Terra finita não tolera um projeto infinito.

Aqui está a causa, entre outras menores, do aquecimento global. Todos sabem que aqui reside a questão originante. Por que ninguém a denuncia? Porque ela é diretamente *anti-sistêmica*, porque fere o coração do paradigma moderno tecno-científico do desenvolvimento/crescimento ilimitado, com o qual os Estados e as empresas estão comprometidos. Seriam obrigados a mudar o que seria contra sua lógica.

Mas não o fazem pois o lucro prevalece sobre a vida. Somente o presidente argentino Alberto Fernández teve a coragem de denunciar: "A poluição é o caminho para o suicídio". Sua afirmação se afina com a declaração há poucos anos da Academia Norte-americana de Ciências, que fez uma declaração mais ou menos nestes termos: Se não cuidarmos, o aquecimento pode dar "um salto abrupto" (expressão empregada) até atingir, em pouco tempo, cerca de 4 graus Celsius; com esse calor, afirma-se, dificilmente as espécies se adaptarão e milhões desaparecerão, inclusive milhões e milhões de seres humanos.

Praticamente todos lamentam que os *"decisions makers"* políticos e empresariais mostram grave insuficiência consciente dos riscos que pesam sobre nossa Casa Comum. Não é descartado que algo ocorra semelhante ao que ocorreu com o Covid-19. Não obstante a advertência dos especialistas em vírus de que estaríamos na iminência da intrusão de um grave vírus, muito poucos se preparam para essa eventualidade.

Por isso é imprevisível um salto para um novo nível de consciência coletiva que nos permita inaugurarmos uma nova normalidade diferente da anterior, perversa para a humanidade e para a natureza. Questionamos: tiramos as lições enviadas pelo contra-ataque da Mãe Terra à humanidade através do Covid-19? A considerar o descuido generalizado, parece que permanecemos na ilusão da volta à antiga e iníqua normalidade.

O discurso de nosso Presidente na Cúpula na Casa Branca foi de mera conveniência. Deu clara demonstração ser um lídimo representante da pós-verdade, pois realizou o dito da ancestral sabedoria chinesa: de um político não repare a boca que fala mas as mãos que operam. A boca contradisse totalmente o que as mãos fazem.

A boca proferiu promessas, praticamente irrealizáveis, e as mãos, através de seu ministro antiambiental, pratica sistemática devastação das florestas e a desmontagem dos organismos de preservação dos ecossistemas.

Como o "Inominável" é aliado do Covid-19, assim o ministro do Meio Ambiente é aliado dos madeireiros que, ilegal e criminosamente, comparecem como os principais responsáveis pelos 357,61 km2 de floresta abatida, a pior dos últimos anos. As mãos negam o que a boca diz.

Apesar de todos os pesares, cremos e esperamos que a humanidade aprenda com o sofrimento e oxalá com o amor: ou mudaremos ou, nas palavras de Sigmunt Bauman, proferidas uma semana antes de morrer, vamos engrossar o cortejo dos que rumam na direção de sua própria sepultura.

A história humana e natural nunca é linear; conhece rupturas e dá saltos para cima. Ela nos está convidando a nos reinventar. Não bastam meras melhorias e colocar esparadrapos sobre as chagas do corpo ferido da Mãe Terra. Somos forçados a um novo começo.

Ele, consoante a Carta da Terra e a encíclica do Papa Francisco, cujos destinatários é toda a humanidade,"sobre o cuidado da Casa Comum"*(Laudato Si e a Fratelli tutti):"estamos no mesmo barco: ou nos salvamos todos ou ninguém se salva"* (n.35; 54; 137). A Terra passou por 15 grandes dizimações, mas a vida sempre sempre sobreviveu.

Não será agora que irá se autodestruir. Entrevemos um aprendizado difícil de toda a humanidade, porque não temos outra alternativa senão essa: ou viver ou perecer. O próprio Freud, embora cético, ansiava o triunfo da pulsão de vida sobre a pulsão de morte. A vida é chamada a mais vida e até à vida eterna.

Nessa esperança esperante, acabo de publicar um livro, mais otimista que pessimista, mas de um realismo viável, que visa a garantir um horizonte promissor: *O doloroso parto da Mãe Terra: uma sociedade de fraternidade sem fronteiras e de amizade social.*

É uma utopia? Sim, mas necessária, para podermos caminhar. Releva lembrar que o utópico pertence ao real, feito não apenas de dados sempre feitos, mas também por potencialidades ocultas que esperam irromper e ser feitas para permitir uma nova pegada no chão da história.

Não vale pisar em pegadas feitas por outros. Temos que criar as nossas próprias pegadas. Música nova, ouvidos novos. Crises novas, respostas novas. Ainda temos futuro, fortalecidos por Aquele que se anunciou "ser o apaixonado amante da vida" (Sabedoria, 11,26). Ele nos ajudará a fazer uma travessia dolorosa, mas verdadeira e feliz. Assim cremos e assim esperamos.

Leonardo Boff – Ecoteólgo e filósofo. Escreveu: *O doloroso parto da Mãe Terra: uma sociedade de fraternidade sem fronteiras e de amizade social,* Vozes 2021.

ESSEN

É A VI

NCIAL DA

O PL 5.595/2020, que torna a educação como atividade essencial, é uma crueldade com profissionais da educação, estudantes e comunidade. As escolas públicas reúnem cerca de 50 milhões de estudantes e mais de 5 milhões de profissionais – cerca de um quarto da população nacional.

Obrigar o retorno às aulas presenciais sem vacina, sem escolas adaptadas e sem segurança pode agravar ainda mais a pandemia que atingiu mais de 400 mil mortes. A volta às aulas deve ser pensada, organizada e com vacinas.

CNTE Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação Brasil
® www.cnte.org.br
Filiada à CUT BRASIL
Internacional da Educação
CEA
FNPE Fórum Nacional Popular de Educação

XAPURI
CAMPANHA ASSINATURA SOLIDÁRIA

PRA XAPURI ACONTECER, NÓS PRECISAMOS DE VOCÊ.

VEM COM A GENTE!

REVISTA IMPRESSA

ANUAL R$ **210**,00 12 EDIÇÕES

BIANUAL R$ **270**,00 24 EDIÇÕES

ASSINE JÁ! **WWW.XAPURI.INFO/ASSINE**